

10
d
Paula

**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM
VINTE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E TREZE**

-----Aos vinte de dezembro do ano dois mil e treze reuniu a Assembleia Municipal do Funchal, pelas dez horas e trinta minutos, no Edifício dos Paços do Concelho, sob a Presidência de Maria Luisa Clode Figueira da Silva Araújo, estando ainda presentes Paula Cristina Mourinho Belbut Gonçalves e Nélia Maria Gouveia Vieira Aguiar, como primeira e segunda secretárias, respetivamente, bem como os seguintes Deputados Municipais:-----

---**Grupo Municipal Mudança** - Ana Patrícia da Silva Oliveira (PND); António José Gouveia Gomes (PS); Duarte Luis Fernandes Caldeira Ferreira (PS), Donato Paulo Vares Macedo (PND); Eduardo Pedro Welsh (PND); Guida Maria Barcelos Martins (PS); Guida Maria Vieira Martins (BE); Guido Marcelino Mendonça Gomes (PS); João Valdemar Berenguer (PTP); José Gabriel Pereira Oliveira (PS); José Juvenal Nunes Rodrigues (PS); Manuel Nélio Vicente Pereira (PS); Micaela Gomes Camacho (PS); Paulo Bruno Rodrigues Nunes Ferreira (PS); Catarina José Ferreira Soares, (MPT); Carlos Alejandro da Câmara Figueira (PTP). **CDS/PP** - Américo João da Silva Dias; Filomena Maria Teixeira Gonçalves; Gonçalo Nuno Pimenta Camacho; Josué de Sousa Baptista. **PCP/PEV** - Fernão Manuel Gonçalves Rodrigues; Herlanda Maria Gouveia Amado e Jorge Manuel Morais da Silva. **PPD/PSD** - Ricardo Jorge Alves Delgado; António Domingos Sousa Abreu; Carlos Alberto Rodrigues, David João Rodrigues Gomes; Francisco Manuel Freitas Gomes; José Agostinho de Freitas Baptista; Lívio Rómulo Soares Coelho; Luis Miguel Moura Sousa; Marco Alexandre Ribeiro Pereira Fernandes; Marisa Maria Pereira dos Santos e Costa, Pedro José Jardim Gomes, Raquel João Martins da Silva e Rui Nuno Barros Cortez. -----

---Mais se verificou a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Paulo

Alexandre Nascimento Cafôfo, da Senhora Vice-Presidente, Maria Filipa Trindade Jardim Fernandes, e dos Senhores Vereadores: Idalina Perestrelo Luis, José Edgar Marques da Silva, Gil da Silva Canha, João José Nascimento Rodrigues, Vanda Maria de Fátima de Sousa França Correia de Jesus, José Manuel Sousa Rodrigues e Artur Alberto Fernandes Andrade.-----

---Esteve também presente a funcionária da autarquia Guida Maria de Sousa Vieira Teixeira, designada para elaborar as atas da Assembleia Municipal-----

-----**Verificada a existência de quórum**, a Senhora Presidente abriu a sessão, dando as boas vindas a todos os Senhores Deputados. Cumprimentou o Senhor Presidente da Câmara e agradeceu a presença de todos. Referiu que é a primeira vez que é adotada a nova organização aprovada no Regimento da Assembleia. Informou que, a meio da manhã e, provavelmente, a meio da tarde, seria feito um pequeno intervalo. Solicitou também a todos os Senhores Deputados que em caso de se ausentarem definitivamente da sessão, por qualquer motivo, que assinassem o documento que se encontra com a funcionária Guida de modo a permitir o controlo das votações. Pediu ainda a todos que ocupassem os seus lugares no momento da votação de modo a evitar lapsos ou repetição da contagem dos votos.-----

-----**A Senhora Presidente da Assembleia colocou** à apreciação a ata da sessão extraordinária do dia 18 de novembro do corrente ano.-----

---O Sr. Presidente da Junta de freguesia do Imaculado Coração de Maria solicitou a correção da indicação do partido do seu substituo naquela sessão, que efetivamente é do Bloco de Esquerda.-----

---Reparado aquele lapso, foi posta à votação a ata da sessão de 18 de novembro tendo sido aprovada por unanimidade.-----

-----Seguidamente **a Senhora Presidente** deu conhecimento do seguinte expediente:-

di
ro
Paulo

1. Ausência do Deputado Municipal Roberto Paulo Ferreira Vieira, (GMM) substituído por Catarina José Ferreira Soares (indicada pelo MPT);-----
2. Ausência do Deputado Municipal Alberto Rufino Fernandes Casimiro (PPD/PSD), substituído por Ricardo Jorge Alves Delgado, (PPD/PSD);-----
3. Ausência do Deputado Municipal Edgar Freitas Gomes Silva, (PCP/PEV) substituído por Fernão Manuel Gonçalves Rodrigues (PCP/PEV);-----
4. Ausência do Deputado Municipal Virgílio de Freitas da Silva Berenguer (GMM) substituído por Carlos Alejandro da Câmara Figueira (indicado pelo PTP);-----
5. Convite endereçado à Senhora Presidente da Assembleia para participar no Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres;-----
6. Convite para participar na exposição de pintura na “Porta 33”;-----
7. Organização do Prémio Voluntariado Funchal da Assembleia Municipal. A Senhora Presidente agradeceu aos Deputados a sua presença naquele evento;-----
8. Pedido por parte do Senhor Deputado Municipal do GMM, relativamente aos mapas de pessoal, o qual está a aguardar resposta por parte do executivo; -----
9. Referência a diversos pedidos de intervenções, apresentados pelo PCP/PEV, os quais foram oportunamente dirigidos ao senhor Presidente da Câmara para os devidos efeitos.

Terminado o expediente, seguiu-se o período de INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

---A Senhora Presidente informou acerca da existência da inscrição do cidadão Ângelo da Silva Sá, que não está presente.-----

---Informou também acerca do pedido dirigido à mesa da assembleia pelo cidadão Paulo Alexandre Gomes Fernandes, o qual declara que o assunto já foi discutido com a vereação mas solicita a sua referência nesta assembleia. O assunto relaciona-se com duas propriedades particulares.-----

---Referiu-se ainda a dois contactos, a título particular, de duas cidadãs, cujos assuntos

foram já reencaminhados para a vereação.-----

---**Seguidamente a Senhora Deputada Municipal, Herlanda Maria Gouveia Amado**, do PCP/PEV, solicitou a palavra para pedir um esclarecimento, pois estava presente na sala o senhor Fábio que se tinha inscrito para participar na Assembleia, mas foi contactado por alguém dos serviços da Câmara que o informou não haver esta reunião e dessa forma a inscrição ficaria sem efeito. Referiu também uma outra senhora a quem não terá sido permitida a inscrição nesta Assembleia, com a mesma indicação de que ela não ocorreria.-----

---**A Senhora Presidente** esclareceu que a informação dos serviços da Assembleia é a de que existe a inscrição de duas cidadãs, Ida Mendonça Ornelas e Gabriela do Rosário Livramento, não tendo sido recebido mais nenhum pedido. Eventualmente o cidadão pode ter contactado os serviços da Câmara e não da Assembleia e poderá ter havido troca de informação quanto à reunião em que pretendia participar.-----

---**Foi dada a palavra ao cidadão Fábio** que disse ter-se deslocado há duas semanas à Câmara para inscrever-se para esta reunião e foi informado de que não havia reunião da Assembleia, esclarecendo que o assunto que o trás aqui é um problema habitacional.-

---**A Senhora Presidente** informou que a convocatória desta sessão foi publicada com indicação do dia e com o aviso do contacto necessário à participação. Questionou se efetivamente o que era pretendido era a participação na reunião pública do executivo, o que se concluiu ser essa a intenção do munícipe. O mesmo foi então acompanhado pela Dra. Sandra Nóbrega para os devidos esclarecimentos.-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

INSCRIÇÕES:-----

1. **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho**, do CDS/PP, apresentou o Louvor que se transcreve: “Ao iniciarmos este novo ciclo político na

d.
v.
Paulo

CMF, o grupo do qual pertença, o CDS/PP, achou por bem congratularmo-nos com um cidadão que tem feito muito pela nossa cidade e mais recentemente pelo investimento privado que colocou ao dispor de todos os nossos concidadãos e turistas. Achamos por bem que este louvor seja feito não só pelo executivo da CMF, mas também por esta Assembleia, no sentido de dignificar e personalizar na pessoa de Cristiano Ronaldo ou na pessoa e família de Cristiano Ronaldo este voto de louvor. Também sugerimos que a Câmara eventualmente coloque uma estatueta a representar a nossa cidade emblemática para que efetivamente os turistas que se dirigem ao museu possam saber que existe um espaço no concelho do Funchal que podem visitar indo de encontro à perspetiva cultural que o senhor Presidente da CMF já referenciou. E, de acordo com a alínea c) do ponto nº 2 do art.º 40º do Regimento desta Assembleia, o Grupo Municipal do CDS/PP, vem por este meio requerer a aprovação de um voto de louvor ao cidadão Cristiano Ronaldo pelo facto de elevar o nome da cidade do Funchal quer a nível turístico, quer desportivamente ao mais alto nível internacional, revelando-se fundamental na captação de um novo “nicho” de turistas a visitar o seu museu, e simultaneamente a nossa cidade; pelo investimento privado que efetuou, demonstrando um sentido de afeto pela cidade onde nasceu, cresceu e aprendeu a tornar-se num grande jogador de futebol ao mais alto nível competitivo internacional; e, como atleta internacional, por ter demonstrado ser um ídolo de referência para várias centenas ou milhares de jovens que praticam desporto na nossa cidade, desviando-os para bons e tão saudáveis caminhos como os proclamados no desporto. Por isso, solicitamos o voto de louvor dos Senhores Deputados Municipais perante estas circunstâncias que evidenciam a prática que este cidadão do Funchal tem feito em prol não só do desporto mas também em prol da cultura da nossa cidade do Funchal.”-----
---A Senhora Presidente colocou este ponto à votação, sendo o mesmo aprovado por

maioria com dezoito votos a favor, sendo um do Grupo Municipal Mudança (da Presidente da Mesa), nove do PPD/PSD, cinco do CDS/PP, e três do PCP/PEV; com dezassete abstenções do grupo Municipal Mudança, e um voto contra do Grupo Municipal Mudança.-----

Não houve declarações de voto:-----

2. O Senhor Deputado Municipal Jorge Manuel Morais da Silva Reis, do PCP/PEV, apresentou um protesto contra a retirada de poderes às Juntas de Freguesia do concelho do Funchal nos seguintes termos: “A Freguesia é a autarquia local mais próxima das populações. Esta proximidade permite um mais rápido e direto conhecimento dos problemas locais. A intervenção e participação das populações na vida autárquica e na resolução dos problemas têm na Freguesia um espaço privilegiado. A Lei 75/2013, de 12/09, estabeleceu o regime jurídico das autarquias locais assim como o regime jurídico da transferência de competências, reforçando as competências diretas das juntas de freguesia. A CMF tem, ao longo dos últimos anos, protocolos estabelecidos com as juntas de freguesia do município visando essencialmente a prossecução de ações de limpeza de becos, veredas e travessas. A concretização destes protocolos, acompanhada das respetivas transferências de verbas, tem contribuído, em alguns casos, para uma importante experiência de descentralização de competências com melhoria significativa das condições e do estado de limpeza das diversas localidades e acessibilidades. Numa perspetiva de descentralização administrativa, de maior proximidade às populações e às suas necessidades específicas, de um desenvolvimento mais equilibrado, sustentado e sustentável, de um melhor e maior acesso a bens e serviços, o alargamento das atuais competências delegadas às juntas de freguesia constituiria um ganho considerável para o município, para as suas populações, para a atividade económica e para a dinamização social. Para dois mil e

of.
vs
Pauk

catorze, no que pode e deve ser considerado um retrocesso no processo de descentralização de competências iniciado e que, embora algo limitado, constituía um dos poucos exemplos da descentralização administrativa e de gestão participada na Região Autónoma da Madeira, a CMF reduz, para um conjunto das juntas de freguesia do concelho, as transferências nesta matéria em cerca de duzentos e cinquenta mil euros. Reconhecendo a importância da freguesia e dos seus órgãos na vida do poder local e a necessidade da desconcentração e descentralização de competências para uma resposta mais eficaz na resolução dos problemas locais, é inaceitável que a CMF tenha regredido esta matéria. A opção da Câmara em centralizar novamente estas competências, retirando esta mais-valia às juntas de freguesia, só criará dificuldades na continuação do trabalho desenvolvido, limitando e condicionando a sua intervenção futura. Assim, apresenta o seu protesto contra esta decisão da CMF em reduzir a descentralização de competências, considerando a mesma como um retrocesso na relação com as juntas de freguesia e com as populações locais.”-----

---Pediu a palavra, o Senhor Deputado Municipal Guido Marcelino Mendonça Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maior, que disse ter percebido o voto de protesto do PCP/PEV, mas que, no seu ponto de vista, existe um equívoco nas contas. Porque ao ser retirado aquele valor da competência das juntas vai, em contrapartida, ser permitido que a Câmara assuma parte das limpezas em todo o Funchal. Para além disso, os funchalenses só têm a ganhar, uma vez que o valor a transferir para as juntas vai duplicar e triplicar no que diz respeito ao social. Deu dois exemplos: a rubrica criada de quinhentos mil euros que vai ser distribuída e poderá ser utilizada em bolsas de estudos, cabazes e reparações nas casas de famílias carenciadas; e o outro valor de quinhentos mil euros que vai proporcionar no âmbito do programa de apoio aos medicamentos às famílias carenciadas. Referiu que é nisto que há a

Mudança.-----

---**Seguidamente usou da palavra o Senhor Deputado Municipal João Valdemar Berenguer**, do GMM, dizendo que o PTP integrado no Grupo Municipal Mudança, vai abster-se no voto de protesto apresentado pelo PCP/PEV. Embora discorde da redução de verbas para as freguesias, entende que o PCP/PEV é responsável por esta redução, visto ter votado a favor da perda de mais de um milhão de euros de receita municipal ao votar a proposta do CDS/PP de devolução de parte do IRS. Não pode este partido cortar receitas por um lado e depois exigir verbas para as juntas de freguesia. E quem deveria estar a ser motivo de protesto era o PCP/PEV, pelo seu irresponsável e leviano ato. Declarou que o protesto é pura demagogia do PCP/PEV.-----

---**Em sede de resposta a Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado**, do PCP/PEV, usou da palavra frisando que todos os senhores vereadores e deputados municipais que a conhecem sabem perfeitamente que, se há coisa que evita fazer, é transformar este espaço num circo e não é isso que agora começará a fazer, por respeito ao seu grupo, ao partido que representa e às pessoas que democraticamente a elegeram. O PCP/PEV sabe fazer contas, e aquilo que diz o voto de protesto é em relação ao corte das competências em contradição com a Lei 75/2013.-----

---**Dada a palavra ao Senhor Deputado Municipal Gonçalo Gomes de Sousa Aguiar**, Presidente da Junta de Freguesia do Imaculado Coração de Maria, o mesmo salientou que a experiência que tem vivido na Junta a que preside, é de uma freguesia de pequena dimensão comparada com a realidade de uma freguesia como a de São Martinho, Santo António e até Santa Maria Maior. Numa freguesia como a do Imaculado Coração de Maria, a questão das limpezas era tratada por serviços pontuais por um senhor que fazia este tipo de serviços à Junta. As verbas que eram transferidas para a freguesia não permitiam fazer o serviço de uma forma eficaz e, uma vez que a

J.
v.
Paulo

Câmara tem muitos funcionários e materiais nestas áreas, parece-lhe muito melhor e mais eficaz o trabalho a realizar pela autarquia. Obviamente, pode colocar-se a questão da Junta de Freguesia ter menos poderes em relação a esta matéria, mas acredita que as juntas poderão contactar a CMF para resolver casos pontuais, tal como já sucedia antigamente. Também referiu que, em pleno vigor do protocolo, verificou que muitos dos trabalhos de limpeza eram feitos pela CMF, sendo o protocolo aplicado apenas esporadicamente com verbas muito elevadas. Pediu a compreensão do grupo do PCP/PEV, pois considera que esta tomada de posição da CMF é boa, merecendo o seu voto contra em relação ao protesto apresentado.-----

---**A Senhora Presidente** colocou à votação o protesto apresentado pelo PCP/PEV, referente à diminuição de poderes das Juntas de Freguesia do Concelho do Funchal, sendo o mesmo não aprovado com dezassete votos contra do GMM, sete abstenções, sendo duas do GMM e cinco do CDS/PP, e com doze votos a favor, sendo nove do PPD/PSD e três do PCP/PEV.-----

---**De seguida a Senhora Presidente**, ainda no período antes da ordem do dia, questionou se alguém queria usar da palavra, havendo mais três inscrições.-----

3. O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS/PP, quis abordar alguns assuntos diretamente relacionados com munícipes: - a questão do mosquito que afeta sobretudo a freguesia de Santa Luzia, com situações muito preocupantes, como a da fotografia que mostrou relativo a um tanque de rega na Rua Dr. Sidónio Pais que está sem cobertura constituindo igualmente um perigo para as pessoas que ali circulam; e - o problema de outro tanque de rega na Rua Dr. Ernesto Oliveira em idêntica situação, visível pelos turistas que passam na Estrada Luso Brasileira. Como autarca e como cidadão declarou esperar que esta vereação da Coligação Mudança, na área do ambiente, procure articular soluções em conjunto com

as entidades regionais. Deixou uma sugestão de trabalho que já fez na assembleia de freguesia de Santa Luzia que é criação de uma comissão de trabalho paritária, que em conjunto com a Câmara, junta de freguesia, alguns autarcas, munícipes e pessoas especializadas nesta matéria, de uma vez por todas possa resolver algumas situações que são inconcebíveis do ponto de vista político, social e ambiental.-----

4. O Senhor Deputado Municipal José Juvenal Nunes Rodrigues, do (GMM), pediu a palavra para referir que, por ser esta a primeira sessão ordinária da AM, gostava de desejar à nova vereação da CMF, assim como a todos os senhores e senhoras deputados municipais, as maiores felicidades no desempenho das suas funções nesta que tem a particularidade de ser a primeira Câmara de cor diferente nos últimos trinta e sete anos. Declarou que a democracia funcionou e distribuí votos a todas as forças políticas de uma forma mais equilibrada e plural, mas acredita que se todos os intervenientes colocarem em primeiro lugar o desejo de servir bem a nossa cidade e a população funchalense, de certeza que a tarefa tornar-se-á mais fácil e no fim ficará a satisfação do dever cumprido e do cumprimento das regras democráticas. Lembrou que vivemos trinta e sete anos sobre o mesmo regime, as mesmas ideias e praticamente os mesmos personagens, mas acredita que o processo de transição encontrará alguma resistência e alguma controvérsia própria de uma nova vivência democrática, de credos partidários e de ideologias políticas e de diferentes formas de pensar de cada interveniente. Porém, não é a controvérsia que o preocupa, mas sim o “*consenso estranhamento consensual*” que se verificou durante todos estes anos passados. A aprovação do Orçamento para dois mil e catorze será a primeira prova de fogo desta nova governação da CMF. E como a força política que a suporta tem apenas uma maioria relativa, dependerá do bom senso ou da vontade das forças da oposição para que ela possa governar com tranquilidade. Houve esse bom senso na reunião da CMF e espera que o mesmo se

J. Pereira

verifique nesta Assembleia para que a nova vereação possa dar cumprimento ao seu programa eleitoral. A oposição desempenha um papel importante num processo democrático quando apresenta ideias construtivas, não quando aplica política de “bota abaixo”. Todos compreenderão que este não é o Orçamento desejável da nova vereação nem pela Coligação Mudança, mas é o Orçamento possível face à herança recebida da vereação anterior que não deixou espaço para fazer o melhor. Acredita que depois de corrigidas algumas assimetrias orçamentais e depois de eliminados alguns vícios do passado, o Orçamento para dois mil e quinze será mais bem consentâneo com o desejo desta Câmara, da Coligação Mudança, da Oposição e de todos os funchalenses.-----

---Ficou expressa a vontade dos madeirenses ao dizerem nas urnas que estão fartos do anterior modelo de governação. Por isso, se por ideologias políticas, vinganças ou interesses pessoais forem provocadas eleições antecipadas para esta autarquia, acredita que os funchalenses voltarão às urnas com mais força para que a Mudança agora encetada continue com maioria absoluta para prosseguir com a sua política de transparência, igualdade de oportunidades e de direitos sociais. Os madeirenses aprenderam a distinguir entre o que foi a democracia deficitária que se viveu e uma democracia séria e transparente que teve início com as eleições de vinte e nove de setembro de dois mil e treze, sob o lema de colocar os interesses das pessoas em primeiro lugar. Para a histórica ficará o esforço titânico de seis pequenos partidos que na conjuntura adversa existente tornou possível, em parte, o derrube de um regime instalado há trinta e sete anos. É dever de todos os eleitos cumprir a vontade do povo.

5. O Senhor Deputado Municipal José Gabriel Pereira Oliveira, do (GMM), usou da palavra e lembrou que antes da tomada de posse da CMF fez uma visita em pormenor à cidade para verificar a herança que esta Câmara iria receber. Começou pela Zona Histórica do Funchal, onde verificou as portas pintadas, restaurantes, bares, esplanadas

que estão ali muito bem. Porém, quando se olha para os pisos superiores desses edifícios os mesmos estão totalmente degradados. Questionou como é que uma Câmara autorizou esplanadas, bares e restaurantes naquela zona se os pisos superiores dos edifícios estão totalmente degradados. Sugeriu que a vereação mandasse fazer ali uma vistoria, antes que se verifique “uma desgraça”.

A sua visita à cidade continuou pelo Mercado dos Lavradores. Logo na porta principal da Praça do Mercado (que dá acesso à Rua Latino Coelho), constatou que o piso está mal conservado e os varandins, portas, janelas e paredes estão a precisar de uma pintura, ou seja, está tudo a precisar de uma requalificação. Entende que tem de haver um responsável por aquela zona, a fim de tomar providências no sentido de preservar a sua qualidade a qual contribui para a imagem do destino turístico Madeira.

Continuou em visita pelos parques e jardins. No Parque de Santa Catarina, encontrou jardins ao abandono. Disse que, “na nossa terra não queremos terra nem relva, queremos flores para serem vistas pelos locais e estrangeiros que nos visitam”. Pediu ao Senhor Presidente da Câmara que não autorize, naquele recinto, a realização de festas no Verão. Na verdade, referiu, são gastos milhares de euros na manutenção daquele espaço durante o ano inteiro e em dois três meses a relva do jardim fica destruída. Há outros sítios para esses espetáculos. Neste momento, ainda há marcas visíveis do que fizeram no Verão, porque montaram um palco quase em cima da Capela de Santa Catarina e no busto do Cristóvão Colombo. Questionou também qual a razão da Capela de Santa Catarina não estar aberta durante o dia. Referiu ainda que os bancos dos jardins municipais precisam urgentemente de pintura, tanto na Avenida Arriga, como na Rua do Aljube. Por fim mencionou ainda o estado das casas de banho públicas que disse ser uma vergonha! Em especial a que se localiza em frente do parque Almirante Reis. Existem ainda duas casas de banho para deficientes que nunca foram

Handwritten signature/initials

abertas! Isto tudo, e muito mais, é a herança deixada à nova vereação.-----

---Esgotado o tempo, o Senhor Deputado terminou a sua intervenção.-----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

Ponto um: Apreciação, nos termos do disposto na al. c) do nº 2 do artº 25º do Anexo I à Lei nº 75/2013 de 12/09, da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, remetida em cumprimento da al. y) do nº 1 do artº 35º do mesmo diploma.-----

---A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, o qual disse confessar que o modelo que tem sido adotado nesta matéria não é o mais correto, ou seja, a informação apresentada, exaustiva e pormenorizada deve ser substituída das próximas vezes pela organização de uma informação mais qualitativa do que quantitativa que trará um melhor conhecimento, não impedindo que caso os Senhores Deputados pretendam uma informação mais detalhada a mesma seja disponibilizada. Quis deixar a referência ao facto de todos os Departamentos e Divisões terem plasmado neste relatório as atividades realçando a competência de alguns departamentos e divisões. Referiu a forma como a nova vereação foi recebida, profissional e acolhedora frisando o modo como os funcionários desta casa têm trabalhado em prol da cidade, independentemente das cores políticas, deixando aqui uma palavra de agradecimento e reconhecimento a todos os funcionários desta casa. Referiu que estão a completar-se dois meses de trabalho. Neste período a equipa tem procurado acima de tudo que todos os serviços cumpram aquilo que são os compromissos eleitorais e que nesta sala transmitiu a todas as chefias e departamentos. É fundamental, que quem vai executar os novos compromissos saiba quais as ideias, orientações e estratégias, para que o trabalho venha a ser realizado com a competência que se deseja.-----

Pretende-se, disse, uma cidade democrática, ágil, transparente e participativa. Vamos fomentar a participação de todos os cidadãos e o envolvimento de toda a gente, de todos os munícipes; uma cidade inclusiva, solidária e cooperativa pois nos tempos que correm é fundamental não deixarmos ninguém à margem, mas também uma cidade turística como é a nossa, autêntica, atrativa e dinâmica; uma cidade educadora, inovadora, criativa e vibrante; uma cidade saudável amiga do ambiente, da natureza, dos animais, do património edificado. As ações entretanto desenvolvidas já refletem um pouco estas ideias: as propostas que vão desde a mais recente da comparticipação nos medicamentos, a das ajudas a pequenas reparações ao domicílio e o programa de reabilitação e de revitalização do nosso comércio.-----

Relativamente à situação financeira da Câmara referiu que o quadro apresentado é efetivamente a situação atual, que será explorada aquando do debate e da execução do Orçamento. Realçou a questão que diz respeito a entidades credoras que ascende a sessenta e dois de milhões nas quais se inclui verbas do PAEL. A partir do próximo ano a Câmara irá começar a pagar o empréstimo contraído no valor de vinte e oito milhões e meio de euros, um empréstimo a catorze anos, sendo que os encargos com esse empréstimo refletem-se já no próximo Orçamento em cerca de três milhões de euros. Na parte das entidades devedoras, há contratos de programa no valor de mais de três milhões de euros com o Governo Regional e juros de credores diversos no valor de mais de quatro milhões de euros. Chamou a atenção para a verba que diz respeito ao IRS, resultado da decisão judicial que é mais de cinco milhões de euros, em relação à qual a autarquia fará todos os esforços para ser ressarcida. Na conjuntura atual, iria com certeza contribuir para a implementação de políticas para a cidade. No resumo geral entre credores e devedores existem mais de noventa e cinco milhões de euros.-----

INSCRIÇÕES:-----

St.
Raul

1. A Senhora Deputada Municipal Guida Maria Vieira Martins, do GMM, disse, como já várias vezes teve a oportunidade de o fazer nesta mesma Assembleia, que discordava por completo desse tipo de relatório, reafirmando-o, mesmo estando integrada no GMM. A Assembleia Municipal não precisa de saber que foi substituída a sanita no lugar X, o parafuso no lugar y, etc.. Isso não é objeto de debate e discussão no relatório. São questões normais, do dia-a-dia, de cada departamento dos serviços camarários. O que é necessário é um relatório político e financeiro, que compare o Orçamento que foi aprovado e aquilo que foi executado em cada área. Fez um reparo sobre o relatório que foi remetido por e-mail, nomeadamente do número de fotocópias tiradas que correspondem a uma resma de papel e um tinteiro. Pediu que na próxima Assembleia seja apresentado outro tipo de relatório pois espera que esta Mudança também seja uma mudança neste tipo de documentação que é apresentado na Assembleia.-----

2. O Senhor Deputado Municipal Donato Paulo Vares Macedo, do GMM, usou da palavra e quis, nesta sua intervenção inaugural, fazer uma saudação a todos. Relativamente a este ponto em discussão, que foi explanado pelo senhor Presidente da Câmara, quis apenas dizer que secunda obviamente as apreciações formuladas pela Senhora Deputada do seu grupo, Guida Vieira, e simplesmente lembrar ao Senhor Presidente que o candidato Paulo Cafôfo, durante a campanha eleitoral em várias entrevistas disse e afirmou que iria ouvir as pessoas com quem trabalhava. O senhor Presidente Paulo Cafôfo, numa das suas primeiras intervenções, já como Presidente, falou com a classe dirigente da Câmara e explanou o seu programa. Ora, tanto quanto é do seu conhecimento, e salvo raras exceções, esse mesmo programa apenas foi apresentado por parte de algumas chefias a alguns dos seus funcionários. Portanto, desconhece se todos os funcionários desta casa, entre os quais se inclui, conhecem

efetivamente este programa que foi explanado com o qual esta equipa executiva pretende levar a cabo o seu programa.-----

Em resposta o Senhor Presidente da Câmara esclareceu que este relatório não é um documento útil para debate em termos de apreciação global daquilo que é a ação da CMF, e, obviamente, não foi possível nesta fase fazer alterações. Reforçou a sua preferência quanto a um documento mais qualitativo do que quantitativo. Dirigiu-se ao Senhor deputado Donato, dizendo que o encontro com os diversos departamentos e divisões desta Câmara foi já um passo de mudança, porque nunca tal tinha acontecido. Esclareceu que tentou passar as suas ideias, estratégias e compromissos, salientando que só com uma equipa é que seremos bem-sucedidos na nossa ação. Transmitiu às chefias que essas ideias fossem replicadas e inclusive debatidas com os seus departamentos e divisões, que isso era fundamental. Se tal não foi feito, só tem a lamentar, mas afirmou que dará diretrizes para que isso aconteça. O próprio material dessa reunião foi aqui disponibilizado via e-mail para todos os departamentos, no sentido de passagem de informação e de recolha de questões que os funcionários achassem pertinentes.-----

-----**Seguidamente a Senhora Presidente** propôs um intervalo de cinco minutos, para depois dar início à discussão das Opções do Plano e Orçamento para dois mil e catorze em conjunto, tal como ficou combinado na conferência de representantes municipais com votação em separado.-----

Ponto Dois: Aprovação, nos termos da al. a) do nº 1 do artº 25º e do nº 2 do artº 27º do Anexo I à Lei nº 75/2013 de 12/09, das Opções do Plano de 2014 com o Plano Plurianual de Investimentos.-----

---**A Sra. Vice-Presidente da Câmara, Filipa Jardim Fernandes**, no uso da palavra disse que iria fazer uma apresentação resumida do Orçamento relativamente às

10
Paulle

condicionantes. Declarou que este não é, de facto, o Orçamento ideal, mas sim o Orçamento possível. Um Orçamento de transição. O Orçamento está muito condicionado por várias questões, sendo que uma delas se relaciona com a restrição da lei dos compromissos que se iniciou o ano passado. Havendo cada vez mais restrições, destacou uma para o ano dois mil e catorze, que se prende com a proibição de acordos plurianuais de pagamento de dívidas com fornecedores. Este ano ainda é possível fazê-los, e foi isso que a Câmara fez com os grandes fornecedores como a IGA, a Valor Ambiente e a EEM, mas a partir do próximo ano não será mais possível. O que significa que no Orçamento de dois mil e quinze, tudo o que não for pago no ano de dois mil e catorze, tem de ser considerado como dívida para o ano dois mil e quinze. Esta situação pode até colocar problemas em termos de se conseguir fechar o Orçamento.-----

Por tudo isto, referiu que tem que haver no ano dois mil e catorze um grande esforço de redução do valor em dívida, porque a partir do próximo ano a Câmara não poderá ter essa ajuda de fazer os acordos plurianuais de pagamento de fornecedores.-----

Outro aspeto que salientou é a redução que tem havido ao longo destes últimos dois/três anos das transferências do Orçamento Geral do Estado. Tem sido sempre todos os anos um pouco menos. Também existem compromissos assumidos pela anterior vereação que terão de ser respeitados.-----

---Referiu-se ainda à transição dos quadros comunitários de apoio. Como é do conhecimento, o último quadro de apoio acabou em dois mil e treze, iniciando-se um novo quadro de dois mil e catorze a dois mil e vinte. Esta transição é um problema, porque o próximo ano vai ser um ano muito complicado para poder apresentar projetos passíveis de apoio comunitário. Na proposta de Orçamento, na parte do PPI existe um valor de nove milhões de euros que está na coluna do não definido, que se prende exatamente com todos os projetos que são passíveis de ter apoio comunitário, e que lá

se encontram mas que não estão a influenciar o Orçamento porque estão pendentes desta situação da transição de quadros. No segundo semestre talvez seja possível a Câmara apresentar algumas candidaturas. Estas restrições condicionaram muito em termos de verbas para alguns projetos pretendidos para este ano.-----

Basicamente o Orçamento para o ano dois mil e catorze em termos de investimentos, que é no fundo o que marca um pouco a alteração em termos políticos, está muito condicionado. Há um valor de investimento menor em cerca de dez milhões. No ano passado havia sete milhões que eram projetos apoiados por fundos comunitários.-----

Além disso, referiu, há alguns grandes fornecedores nomeadamente a IGA, Valor Ambiente e EEM, em relação aos quais a Câmara existem por pagar faturas correntes de dois mil e treze e parte de dois mil e doze. É necessário fazer os acordos por cinco anos com estas três entidades. Para o próximo ano terá de ser paga uma quinta parte dessas faturas, não podendo voltar a atrasar-se os pagamentos.-----

Dadas estas condicionantes, reiterou que este foi o Orçamento possível. Pediu desculpa em termos de apresentação, confessando a falta de tempo e a preocupação essencial em olhar para os números e perceber-los. Prometeu que para o próximo ano o executivo fará outra apresentação.-----

Disse que ficava ao dispor para esclarecer qualquer dúvida.-----

---**O Senhor Presidente da Câmara** interveio dizendo que, realmente, faz todo o sentido discutir estes dois documentos em conjunto. É o primeiro Orçamento desta nova equipa que está à frente do Executivo e como é do conhecimento de todos estes dois documentos já foram analisados e debatidos em sede de reunião de Câmara, não tendo havido na altura nenhum voto contra em nenhum dos documentos. Chamou a atenção para esse facto tendo em conta a responsabilidade que os senhores vereadores manifestaram com reservas. Realçou todo o trabalho realizado pela Senhora Vice-

J.
V.
Paele

Presidente que tem a pasta das finanças, bem como por todos os serviços da CMF. É um Orçamento elaborado com rigor tendo em conta o equilíbrio financeiro, no valor de oitenta e quatro milhões e duzentos e cinquenta mil euros, e que, como disse a Senhora Vice-Presidente, mais curto relativamente ao Orçamento do ano passado. É fácil de explicar porque é inferior em cerca de dez milhões e seiscentos mil euros devido ao PAEL que estava inscrito no outro Orçamento, e também devido aos fundos comunitários que nesta fase de transição de quadros a Câmara não tem, encontrando-se refletido na parte dos não definidos. É um Orçamento de transição condicionado por uma herança recebida. Apontou para o PPD/PSD afirmando que não vai fazer o discurso de “coitadinho e da vítima”. Contudo, frisou não ser essa herança que vai impedir a realização dos compromissos, embora seja necessário um diagnóstico da situação.-----

Mais disse que o passado é passado, mas condiciona obviamente o presente e o futuro. A Câmara vai trabalhar para o futuro mas com aquilo que tem. A Autarquia tem uma dívida de cerca de noventa e dois milhões e setecentos mil euros e neste orçamento existem condicionalismos relativamente ao passado. Referiu a necessidade do pagamento de dívidas, dando a saber que no ano de dois mil e doze/dois mil e treze, nada foi pago à EEM, à Valor Ambiente e à IGA. Agora, já estão preparados planos de pagamento que vão ser executados no prazo de cinco anos. O PAEL no valor de vinte e oito milhões e quinhentos mil euros, o maior empréstimo que a Câmara já efetuou, começa a ser pago no ano de dois mil e catorze. Há uma série de novos compromissos que não existiam no passado que agora há que assumir integralmente e cumpri-los.---- Em termos de investimento o valor situa-se em cerca de treze milhões e quinhentos mil euros, mas oito vírgula três milhões provêm de compromissos anteriores. O que significa que restam cinco vírgula dois milhões de euros. A cidade precisa de

manutenção, de equipamentos e estradas, que estão incluídas nesta verba. Disse, no entanto, que não vai parar! Quer equilíbrio financeiro, quer honrar compromissos, mesmo os que vieram do passado, quer investir na cidade. Está prevista uma verba de um milhão de euros, no que diz respeito a medicamentos e um fundo de emergência social, que é, na verdade, um milhão de euros para as pessoas nesta fase de dificuldade e de carência. É preciso dar a mão a essas pessoas. Lembrou que o orçamento prevê setecentos e cinquenta milhões para aplicar nos bairros sociais, nomeadamente nos bairros municipais da responsabilidade da CMF.-----

Referiu-se aos projetos “Câmara à Porta” e “Loja do Município”. A Câmara tem que ser eficiente e ágil e estar ao serviço das pessoas. É necessário criar oportunidades para todos e exemplo disso é também o Plano de Revitalização do Comércio Tradicional da Cidade do Funchal.-----

Existem várias outras medidas e uma delas vai ser tratada aqui, que é a redução de taxas, que, por si só é redutora, é importante, mas é preciso ir muito mais além e incentivar esse comércio.-----

Por fim, apelou à responsabilidade de todos com as divergências e contributos, referindo que todos os partidos foram ouvidos e que as propostas possíveis foram atendidas. Em síntese, sendo este um Orçamento de transição com certeza que permitirá governar a cidade com a estabilidade que queremos e desejamos.-----

—A Senhora Vice - Presidente pediu a palavra para informar que a primeira prestação do PAEL foi paga no passado mês de novembro. Explicou que o PAEL é um empréstimo que, ao contrário do que foi feito no Governo Regional, não tem isenção, que a Câmara começa logo a amortizar capital e juros.-----

INSCRIÇÕES:-----

1. A Senhora Deputada Municipal Micaela Gomes Camacho, do GMM, usando da

J.
Paulo

palavra, disse que o Orçamento para o ano dois mil e catorze, é o primeiro do executivo da Mudança, que assume, sem medo, que este é um Orçamento de transição. Não pode esquecer-se da incapacidade do antigo executivo em pensar a longo prazo do facto de terem conduzido a autarquia a uma situação financeira com um passivo na ordem dos noventa e dois vírgula sete milhões de euros, dos quais trinta e oito milhões a fornecedores e cinquenta e quatro vírgula sete, relativos a empréstimos a médio e longo prazo. Referiu ainda não ser possível falar do presente, por mais que isso incomode, sem conhecer o passado. O passado ensinou que se deve mudar de rumo. O modelo executado até o dia vinte e nove de setembro está esgotado, deu os últimos gritos de agonia com reflexo no dia-a-dia dos funchalenses. Afirmou que os antigos executivos dispuseram de estabilidade económica, social e política para realizar a transição do modelo de cimento para o modelo de conhecimento, mas, apesar dessa estabilidade mostraram-se incapazes de colocar em prática uma mudança para o Funchal. Afirmou que não podem ser negligenciadas matérias sociais, em particular de apoio à família e à habitação social, bem como matérias tão sensíveis como é a segurança.-----
Referiu que o passado também ensinou a não recorrer a operações de cosmética para “tapar buracos”. Referindo-se aos quadros das receitas, afirmou que as receitas correntes aumentaram seis vírgula nove por cento em relação a dois mil e treze, sendo o principal aumento derivado de vendas de bens como de transferências correntes. No que respeita às receitas de capital, o seu peso nas receitas totais correspondem a uma diminuição de cinquenta e seis vírgula sete por cento, justificados pelo efeito PAEL e pela quebra de receitas dos fundos comunitários. As transferências de capital diminuem em cinquenta e sete vírgula um por cento fruto da redução dos fundos comunitários. Do lado das despesas, a sua análise permitiu concluir por:-----
- uma redução de vinte e oito vírgula dois por cento nas despesas de capital, devido à

redução de cerca de dez milhões de euros para conclusão de diversos projetos no quadro comunitário de apoio dois mil e sete/dois mil e treze;-----

- uma rúbrica de investimentos de cerca de treze vírgula cinco milhões de euros, dos quais oito vírgula três milhões são relativos a compromissos assumidos pelo anterior executivo, e cinco vírgula dois milhões de projetos delineados por este executivo para o próximo quadriénio;-----

- uma situação de tesouraria que a Câmara que necessita ser invertida, reconhecendo o esforço do executivo nesta matéria; e-----

- uma redução das despesas da ordem de dois vírgula um milhões do PAEL e a diminuição de aquisição de bens e serviços na ordem dois vírgula quatro milhões é prova disso mesmo.-----

Afirmou que é importante falar do futuro. No seu ponto de vista, este executivo comprometeu-se e cumpriu. Analisou e diagnosticou objetivamente o que deve ser feito. Só assim o Grupo Municipal da Mudança entende a redução das verbas das juntas de freguesias na qual a racionalização traduzirá uma poupança na ordem dos duzentos mil euros relativos aos protocolos das limpezas urbanas. Referiu que as verbas para as juntas de freguesia serão equilibrados com um aumento de um milhão de euros, destinadas às famílias através do Plano de Emergência Social. Lembrou também o valor de setecentos mil euros destinados à recuperação manutenção dos bairros municipais. Este executivo propõe assim uma nova forma de agir, tendo por base um pacto social. Em conclusão disse que este orçamento marca uma nova agenda de mudança, que dita o novo modelo de desenvolvimento passando “da era do cimento para a era das pessoas”. Este orçamento valoriza o ambiente, a educação e a cultura. Este orçamento valoriza o nosso capital humano. Esta agenda é ambiciosa. Estamos conscientes. Mas é um desígnio atingível se contar com o envolvimento de todos. Os compromissos da

J.
10
Belle

Mudança eram, são e continuam a ser claros. Este orçamento dá forma àqueles compromissos numa perspectiva de gestão autárquica com rigor e transparência, com ambição e planeamento rumo a um Funchal por todos ambicionado. Este orçamento justifica o voto favorável do GMM.-----

2. A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV, usou da palavra para dizer que relativamente aos investimentos para dois mil e catorze, verifica-se uma redução de quarenta e dois vírgula quatro por cento em relação ao ano anterior. Referiu-se à existência de mais de nove milhões de euros em verbas não definidas, o que representa um acréscimo de trinta e seis vírgula oito por cento em relação às verbas não definidas para o PPI de dois mil e treze.-----

Disse que a CMF, no documento que introduz o Plano Plurianual de Investimentos aponta diversas linhas de desenvolvimento estratégico para o quadriénio dois mil e catorze/dois mil e dezoito, nomeadamente ao nível da criação de oportunidades, da qualidade ambiental, do desenvolvimento da gestão urbana, do transporte mais eficiente, da participação das populações, do desenvolvimento cultural, etc.. Naturalmente não são prioridades que possam ser implementadas todas de uma só vez. Relativamente ao princípio do “Orçamento Participativo” lembrou ter constituído uma das questões mais evidenciadas durante o período de campanha eleitoral. Consta do plano, mas entende que a verba de cinco mil euros não é significativa nesta matéria. Referiu que o seu partido considera insuficientes as medidas apontadas que elencou: - as relativas aos Bombeiros Municipais e Proteção Civil em face aos diversos incêndios verificados no Concelho nos últimos anos; - as relacionadas com a educação, pois a redução nas verbas para este sector, não permitirá implementar alguns dos projetos anunciados; - a verba (€22.000,00) inscrita em “outras atividades relevantes” destinada ao projeto “Educação para a cidadania” por estar como não definidas; - a ausência, na

área da habitação de qualquer projeto concreto de requalificação dos bairros sociais; a redução significativa na área do saneamento básico embora nesta matéria existam aspetos positivos como algumas intervenções locais, como é o caso do Bairro dos Moinhos; a remodelação das piscinas e do Complexo Balnear do Lido por ser obra essencial para a população e o turismo; e a falta de lançamento de acessibilidades novas nas zonas altas do Concelho para além da eliminação de algumas obras antes contempladas como é o caso do Lombo da Quinta (São Gonçalo).-----

Fez referência à criação do Fundo Municipal de Emergência e da Ajuda a Medicamentos, que constituem novidades em termos da intervenção camarária que devem ser encaradas como positivas. No entanto, no seu entender, deveriam ser acompanhadas de medidas concretas para a dinamização económica, que funcionariam como complemento à assistência. Em traços gerais, disse que este Plano fica aquém das expectativas geradas. A “inversão orçamental” necessária não está contemplada. --- Relativamente ao orçamento para dois mil e catorze, disse que o mesmo apresenta algumas particularidades. É certo que se trata de um orçamento e plano de transição, que teve que ser construído num curto espaço de tempo com os constrangimentos que essa situação acarreta. Mas, não é menos certo que eram aguardadas algumas alterações significativas, uma maior rutura com a orientação anterior, um cunho diferente que não está tão presente como seria de esperar.-----

Referiu que, apesar da crise económica e social atual, esta Câmara Municipal tem mais possibilidades de arrecadar receitas se lançasse uma taxa de derrama mais elevada do que propõe. A Câmara Municipal ficou-se por uma taxa mais reduzida, perdendo a possibilidade de uma receita muito mais avultada.-----

Quis destacar o crescimento da receita corrente em quase sete por cento apontando o crescimento do Imposto Municipal sobre Imóveis, do Imposto Único de Circulação e

Handwritten signature/initials

o lançamento da Derrama. Também referiu o aumento significativo previsto na venda de bens e serviços correntes. A propósito, lembrou não ser de descurar os aumentos previstos na receita de recolha de resíduos sólidos e dos parques de estacionamento, neste caso dando razão à CDU quando defendia que os mesmos deveriam estar sob gestão camarária.-----

Em relação às transferências correntes frisou o aumento das verbas do Fundo de Equilíbrio Financeiro. Quanto às verbas da participação no IRS afirmou que não existe redução de um milhão de euros como erradamente foi anunciado nesta Assembleia Municipal. Ficam-se por pouco mais de duzentos e cinquenta e oito mil euros.-----

Quanto às receitas de capital, onde o corte é mais vidente, referiu que são penalizadas pela conclusão de projetos cofinanciados ou pela não existência de transferências ao abrigo do Programa de Apoio à Economia Local.-----

De seguida a mesma deputada passou a referir-se à despesa. No que às despesas correntes diz respeito, mencionou a descida de zero vírgula setenta e um por cento, realçando a redução dos gastos com a aquisição de bens e serviços (menos nove vírgula quatro por cento). Porém, considerou negativa, um retrocesso, a redução das verbas atribuídas às Juntas de Freguesia. Com esta medida está a CMF a deitar por terra o edifício da transferência de competências que, não tendo atingido os níveis de descentralização que a CDU sempre defendeu, não deixava de constituir um apontamento positivo da gestão anterior.-----

Quanto às despesas de capital afirmou que a redução das mesmas em vinte e oito por cento significa menos investimento público no Município, menos capacidade de responder às necessidades das populações e às necessidades de desenvolvimento económico e social. No entender da CDU, esta CMF poderia ir mais longe em alguns aspetos e inverter algumas das prioridades e orientações até agora seguidas. Em

conclusão disse que este não é um orçamento que mereça o claro apoio da CDU, e que não apresenta a rutura esperada e anunciada.-----

3. O Senhor Deputado Municipal José Gabriel Pereira Oliveira, do GMM, no uso da palavra disse que depois de analisar o Plano Plurianual de Investimentos para dois mil e catorze, verifica uma verba atribuída para a construção da Capela Mortuária do Cemitério do Monte, pelo que congratula o Senhor Presidente e a Vereação por esta verba, realçando o facto da Capela em causa ter sido prometida há oito anos e nunca ter sido construída. A população do Monte ficará agradecida pela construção desta Capela.-----

Disse ocorrer-lhe a oportunidade para chamar a atenção para uma situação que se verifica no Miradouro do Largo das Babosas, a qual se prende com o facto de existir um bar naquele local que quando está fechado as pessoas não têm acesso ao miradouro, que é publico.-----

Terminou dizendo que a herança deixada pela anterior vereação é muito triste e pesada, mas espera que dentro de quatro anos a cidade esteja muito melhor, acrescentando que tem confiança no Presidente e na sua Vereação e esperança na concretização de uma cidade digna e livre para viver e passear.-----

4. O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS/PP, interveio dizendo que, vivemos tempos de crise financeira, económica e social, que exigem respostas globais, sérias, inovadoras que possam fazer com que todos atravessemos da melhor formam possível este período. Este é o orçamento possível para o próximo ano. Não é o orçamento desejável, mas assume perante a Assembleia que o papel interveniente e reivindicativo do CDS/PP é necessário com o objetivo de ver inseridas propostas que visam melhorar a qualidade de vida dos cidadãos e das próprias empresas. Considera que constituindo a gestão financeira um instrumento, a

Cl.
10
Paulo

sua utilização pode ter por finalidade alcançar objetivos programáticos. A necessidade de aumentar a receita e reduzir a despesa não pode ser feita à custa da degradação de níveis de qualidade de vida das populações nem dos direitos dos trabalhadores da autarquia, bem como não pode significar a manutenção de serviços com níveis de défice financeiro que conduzam a autarquia para a rutura. Pelo que o CDS/PP indica algumas medidas concretas para fazer face a alguns pontos que considera negativos que elencou:-----

- o lançamento da Derrama no concelho do Funchal pois considera que esta medida irá retirar atividade fiscal à cidade do Funchal, pois embora a Câmara estime receber cerca de um milhão de euros, vai colocar as empresas numa situação financeira ainda mais deficitária, correndo o risco de algumas empresas alterarem a sua sede fiscal para outro concelho;-----

- a redução de transferências e de verbas atribuídas às juntas de freguesias para dois mil e catorze, pois, no seu ponto de vista, as juntas de freguesia assumem um papel importante na vida das populações, e o que está em causa é uma variação percentual negativa das transferências no valor de limpeza urbana, em menos cinquenta e oito vírgulas nove por cento, traduzindo-se em consequências de alteração a nível da gestão das próprias juntas;-----

- o fraco investimento na recuperação dos bairros camarários pois considera que o valor orçamentado, de duzentos e cinquenta e dois mil euros, não contempla a satisfação dos munícipes e acrescentou que, através do Vereador do CDS/PP, foi tomada posição no sentido de aumentar essa rubrica no orçamento;-----

- a verba de treze mil euros consagrada no orçamento para a área do turismo, por ser insuficiente; e -----

- relativamente à despesa pública, o facto de o orçamento apresentar apenas uma

redução de zero vírgula cinco por cento correspondente a quatrocentos mil euros, realçando o facto de o CDS/PP ter apresentado algumas propostas que estão contempladas no Orçamento para dois mil e catorze. A título de observação apresentou como exemplo de possíveis poupanças, na aquisição de seguros, comunicações e energia, licenciamentos, software. Lembrou que, nestas matérias, existe a possibilidade de serem sujeitas a concursos públicos em conjunto com outros municípios.-----
Afirmou ainda que este Orçamento também tem alguns aspetos positivos, como sejam o orçamento participativo, a devolução do IRS, a redução em cinquenta por cento das taxas de comércio e o programa de emergência social. Concluiu fazendo votos de este ser um orçamento de transição, em grande parte reflexo das condicionantes e dificuldades anteriormente colocadas. Por fim manifestou alguma preocupação relativa à receita de um milhão de euros da Derrama, perguntando se o executivo tem preparado um plano “B” no caso concreto dessas receitas não serem as consagradas no Orçamento, pois na estimativa do CDS/PP a receita deverá ser de cerca de quatrocentos mil euros.-----

5. O Senhor Deputado Municipal Rui Nuno Barros Cortez, do PPD/PSD, na sua intervenção afirmou que o Orçamento apresentado é tecnicamente mau e politicamente errado. Tecnicamente mau porque apresenta empolamento de receitas e estimativas erradas de cobranças. Politicamente errado porque aumenta impostos, não tem medidas que fomentem o crescimento económico e não apresenta investimento em áreas fulcrais para a cidade. Exemplificou com o Imposto Municipal sobre Imóveis, que apesar da redução, as receitas aumentam, com o Imposto de Circulação que aumenta e com a Derrama, um novo imposto criado por esta Câmara, que também aumenta. Por outro lado, a receita diminuiu, no que respeita aos impostos sobre transações, e ao IRS, que, segundo o quadro inserido na página dez do relatório, tem um decréscimo de duzentos

J. R. Paulo

e cinquenta e oito mil euros. Ironizou afirmando que as duas únicas medidas que esta Câmara apresenta como novas, são a distribuição de medicamentos e o Fundo de Emergência, cuja despesa se estima num milhão de euros, ou seja, exatamente o mesmo valor que irá arrecadar por via da Derrama aplicada às empresas. Realçou que a Derrama servirá para pagar o Fundo Social e para criar uma nova medida, que é a distribuição dos medicamentos, e é por tudo isso que este é um orçamento politicamente errado. Afirmou ainda que é tecnicamente mau por existirem erros grosseiros de estimativa de receitas.-----

Continuando disse que, um Orçamento, como a palavra diz, é uma estimativa daquilo que pode ser executado. Existe um aumento de mil e sessenta e um por cento, meio milhão de euros em vendas de bens e serviços. Fez referência à dívida do SESARAM, nomeadamente à amortização da mesma.-----

Referiu o valor de meio milhão de euros na venda de bens e serviços e investimentos, que tem um aumento de cento e cinco por cento. Esta situação, que questiona, tem a ver com a venda de terrenos da posse da Câmara, questionando se, na situação e na conjuntura atual, em dois mil e catorze é que a Câmara vai conseguir concretizar vendas. A verba junta dá um milhão de euros, ficando já a faltar esse valor nas previsões do orçamento. Julga que irá faltar muita coisa a ser cumprida, com por exemplo a obra da Capela que, com certeza, não terá início.-----

Mencionou o aumento de sete vírgula três milhões de euros numa rubrica que se refere a águas e resíduos e perguntou como estava previsto cobrar essas verbas atendendo às dificuldades sentidas pelos devedores. Ou seja, como é que a Câmara vai cobrar oito milhões de euros em termos de água e resíduos. Questionou ainda se no caso das escolas se vai cancelar o fornecimento de água.-----

Referiu-se ao facto de o orçamento não prever novos investimentos nem novas medidas

em áreas importantes para a cidade. Lembrou um cartaz da coligação aquando das eleições, que tinha umas letras pequenas em fundo azul e outras grandes onde se lia “Emprego”. Ora, no seu ponto de vista, medidas novas para o emprego - encontrou neste orçamento zero euros; investimentos nas zonas altas - zero euros; novos investimentos, eficiência energética para a cidade e para a Câmara - zero euros; recolha seletiva de lixo - zero euros; mobilidade e trânsito - zero euros; novos espaços verdes - zero euros; reabilitação urbana, um projeto que acompanhava sempre a campanha eleitoral - zero euros; novas iniciativas culturais além das que já estavam em lançamento, como o Funchal Jazz, Feira do Livro, - zero euros. É este o Orçamento, e é este que os cidadãos têm que conhecer.-----

Dirigiu-se ao Senhor Presidente da Câmara dizendo que este vem falando na dívida, na herança deixada pelo anterior Executivo, quando, na realidade, não importa tanto o montante das dívidas, mas sim a capacidade de as pagar e se existe um ativo superior ao passivo. E na página vinte e dois do Orçamento, a dívida que existe é de noventa e dois milhões de euros. Destacou o facto de que a Câmara podia endividar-se no valor de noventa e oito milhões de euros, ou seja, o facto de haver uma margem apresentada no Orçamento de cinco milhões de euros. No seu ponto de vista, o que interessa é a capacidade de pagar dívida e esta Câmara tem perfeitamente capacidade para pagar a dívida criada. Questionou se daqui a quatro anos, o senhor Presidente não vai deixar dívida para o próximo executivo camarário. Não vai fazer investimentos, vai fazer zero, perguntou.-----

Referiu-se depois ao facto de a vereação ter dito que em relação aos três principais devedores da Câmara, EEM, Valor Ambiente e IGA, a Câmara já ter conseguido fazer os acordos de cinco anos para pagamentos. Desses três acordos, dois foram feitos pela vereação anterior. Disse que gostava de perguntar ao senhor Presidente que se estivesse

J.
10
Raulo

na vereação anterior, faria ou não o excelente contrato ao abrigo do PAEL, a catorze anos com taxas de juros muito boas que permitiu pagar dívidas a fornecedores e a empresas que necessitavam de receber. Por último, em relação à iniciativa do orçamento participativo a dividir pelas dez freguesias, disse não saber se vai ter muita participação. É por tudo isto que o PPD/PSD vai votar contra este Orçamento, um orçamento que aumenta impostos, não reduz despesas, não investe. -----

---**Seguidamente a Senhora Presidente** informou que tendo dez inscrições para intervir neste ponto e de acordo com o Regimento, a Assembleia será interrompida, continuando na parte da tarde. Mais sugeriu que as intervenções pudessem ficar para o período a seguir ao almoço, perguntando se estavam de acordo e se a vereação gostaria de responder de imediato às primeiras intervenções, o qual mereceu a concordância de todos.-----

De seguida, a **Senhora Vice-Presidente** usou da palavra esclarecendo que relativamente ao valor do investimento na área social, foi uma das poucas áreas, apesar da redução grande que houve em termos de investimento, em que se manteve o mesmo valor do ano passado. O senhor deputado Gonçalo Pimenta falou em apenas duzentos e tal mil na requalificação de bairros sociais, porque não teve em conta vários projetos pequenos, desde melhoramentos de escolas e poli-desportivos em bairros sociais. Houve esse esforço tanto na parte de educação, ação social e habitação, em manter verbas idênticas ao ano passado, apesar de em todas as outras áreas se ter reduzido. Sobre a obra do Lido, informou que o assunto se prende com a contabilidade do POCAL, pois a rubrica está na área do desporto e toda a parte da Frente Mar está no PPI. O Lido precisa do lançamento da terceira fase para ficar pronto e isso será prioritário. Em relação aos Bombeiros esclareceu a deputada Herlanda no sentido de que terá comparado o que estava no Orçamento do ano passado com o deste ano. Mas

o que na realidade sucede é que está orçamentado um projeto, que é financiado por fundos comunitários, reclassificado, agora, em metade desse valor para a área de florestas e a outra para os Bombeiros. Isto de facto é muito importante, porque é uma intervenção no Parque Ecológico com muitas medidas em termos de segurança, para minorar os riscos nas grandes chuvadas.-----

Relativamente ao IRS, a Senhora Vice Presidente, disse que este orçamento só pode ser comparado com dois mil e treze. Não pode comparar-se com o que foi executado, mas com o que foi orçamentado. Quando se compara dois mil e treze com dois mil e catorze é preciso comparar realidades idênticas.-----

No que toca ao IRS, explicou que a redução de um por cento só vai ter repercussões em dois mil e quinze, dizendo que havia sido induzida em erro. Não se pode deliberar sobre rendimentos de dois mil e treze, e já foi feita a retificação, porque são efetivamente rendimentos de dois mil e catorze. O efeito da redução dessa receita só se fará sentir no orçamento de dois mil e quinze.-----

Em relação à Derrama esclareceu que a mesma incide sobre os rendimentos de dois mil e treze sendo, depois, feito o apuramento em dois mil e catorze.-----

Relativamente ao turismo, disse que, perante as restrições orçamentais, orçamentou-se foi tudo o que era passível de ter apoio comunitário, colocado como não definido. Isto é o que a maior parte das Câmara está a fazer. Por exemplo, a parte do turismo tem muito mais verba do que está no definido, e é bom que se esclareça que na nossa ótica, a Câmara não vai promover a Madeira e o Funchal mundo fora, porque isso é do âmbito do Governo Regional. O que se pretende fazer é promoção para os turistas que já cá estão e para que venham mais para o centro da cidade, que gastem mais e deixem mais valor acrescentado. Todas as ações, em termos de implementação de roteiros, de mapas interativos de percursos, de roteiros turísticos, não representam muito dinheiro, é só

J.
10
Paulo

uma questão de vontade, de juntarmos sinergias e implementarmos a parte de promoção. A Câmara vai empenhar-se para promover os eventos que acontecem na cidade, quer sejam promovidos pela Câmara ou por outras entidades, para que sejam do conhecimento de toda a gente, inclusive dos turistas.-----

Em relação à questão que o Senhor Deputado Cortez falou, dos impostos, IMI, IMT e Imposto de Circulação, como sabe, pelo POCAL, é obrigatório colocar no orçamento a média das receitas dos últimos vinte e quatro meses, e isso é uma limitação objetiva. Aproveitou para esclarecer que a receita do IMT de dois mil e treze, não foi no valor de treze milhões, foi um pouco mais, catorze milhões e duzentos mil. Neste ano o executado foi até superior ao que estava orçamentado. E o que prevemos é um aumento de cem mil. Nesta matéria a Senhora Vice Presidente pensa que o que está previsto vai ser muito coincidente com o que vai ser a realidade. Quanto ao IMI, lembrou que há prédios no fim do período de isenção, e isso compensa a redução da taxa. Relativamente à Derrama esclareceu que foi pedido à autoridade tributária informação sobre a base do lucro tributável sujeito a este imposto. A resposta daquela entidade foi relativa aos anos dois mil e onze/dois mil e doze. E, de facto, dois mil e doze é um ano complicado de aferir, porque as empresas da Zona Franca começaram a pagar cinco por cento de IRC. O lucro tributável, de dois mil e onze para dois mil e doze, passou de duzentos e tal milhões de euros para setecentos e tal milhões de euros. Uma vez que não era possível discriminar daqueles valores o que efetivamente correspondia à zona franca, a estimativa baseou-se apenas nos valores de dois mil e onze, quando ainda não havia os cinco por cento das empresas da Zona Franca.-----

Passando às receitas, disse que há aqui um grande desafio. A receita orçamentada é a média dos últimos vinte e quatro meses acrescida de alguns clientes em relação aos quais será fácil receber os créditos, como por exemplo o SESARAM em que há a

possibilidade de encontro de contas. Também a Valor Ambiente deve à autarquia cerca de setecentos mil euros de água e há também um plano de encontro de contas. Ou seja, tudo o que é passível de encontro de contas é mais fácil.-----

Este ano o que foi recebido na rubrica de venda de bens e serviços foi vinte e cinco milhões, mais do que estava previsto. Antigamente havia o hábito de a Câmara não pagar ao Governo e vice-versa. Neste momento, com a Lei dos Compromissos, de facto isso não é possível. Os acordos com a Valor Ambiente e o IGA foram feitos em setembro pela antiga vereação. O acordo com a EEM é atual e consubstancia um bom plano com a vantagem de não vencer juros de mora.-----

Relativamente ao Orçamento participativo, quis dizer que o valor previsto é apenas para a fase da seleção dos projetos, sendo que os projetos propriamente ditos, vão aparecer no orçamento de dois mil e quinze. O limite de endividamento reporta-se ao fim de dezembro de dois mil e catorze e neste momento, seguindo as novas regras, no início do ano não poderemos pedir nem mais um euro emprestado.-----

Relativamente às opções no Orçamento, realçou as medidas de emprego, oficinas comunitárias e eficiência energética, tudo passível de apoio comunitário. Quanto às despesas correntes frisou que houve um grande esforço de redução e esse é um grande desafio.-----

---**A Senhora Presidente da Assembleia** disse que a sessão seria interrompida para o almoço e iriam ser retomados os trabalhos às catorze horas e trinta minutos.-----

---Após o intervalo do almoço os trabalhos foram reiniciados, sendo dada a palavra ao Deputado Municipal que se seguia nas inscrições anteriores.-----

6. O Senhor Deputado Municipal António Domingos de Sousa Abreu, do PPD/PSD, passou então a usar da palavra referindo que a sua intervenção seria muito breve até porque já tinham ocorrido outras que clarificaram muito bem o que está a ser

12
10

discutido. Disse que pretendia levantar algumas questões mais no campo das ideias e dos princípios e relativas às expectativas relativamente ao Plano e em particular ao Orçamento. Começou por sublinhar um aspeto positivo que se prende com a constatação, através da Vereação, de que efetivamente há uma componente importante de crise que acabou. Neste debate, não se ouviu uma referência à conjuntura económica, parecendo que ela deixou de ser uma moldura que limita ou condiciona a elaboração do orçamento. Ouvia-se, sim, referências ao passado, àquilo que é consequência de uma má governação e de um acumular de dívidas. Afirmou que gostaria muito de saber se algumas delas seriam subscritas de modo a permitir a execução de mandatos com promessas sufragadas, com a mesma legitimidade como aquelas que estamos agora a discutir.-----

De uma forma genérica disse que, foi aqui se explicado que este é o orçamento do executivo, cuja maioria nesta assembleia, em uníssimo, sublinhou, sobretudo na sua componente de zero.-----

Disse, que esta proposta de orçamento reflete, no entender do seu grupo, aquilo que tem sido a promessa da governação municipal desde que esta vereação tomou posse, que se consubstancia num misto de realismo combinado com um espírito divisionário, acompanhado de uma gestão exímia na imagem do discurso, mas muito pouco consistente na capacidade de passar à realidade. Aliás, aproveita-se desde já o registo desta nova forma de governação que se anuncia, negocia e ameaça sobretudo por meios da comunicação social e que curiosamente também tem tido algum sucesso, uma vez que encontra eco e sintonia em alguém que também resolve descansar e providencia “sonos angelicais” pela mesma via.-----

Referiu que foi aqui referida a questão do novo quadro comunitário, o que porém não se vislumbra no próprio orçamento. Pelo contrário, o orçamento antecipa um quadro

comunitário que ainda está longe de se conhecer nos montantes, qualidades e regras, como se fosse uma garantia. Entende que não se pode prever com base em pressupostos que são variáveis, não controláveis e dos quais pouco ou nada se sabe. E mesmo que assim fosse, não se vê neste orçamento se há disponibilidade para um esforço que sabemos ter de corresponder à participação da autarquia. De facto, no seu entender, anuncia-se e muito mas não se vê maior esforço na cobrança de receita. O mundo continua a ser gerido, e espera que o Funchal fuja disso, como se fosse uma folha de cálculo excel. Concluiu dizendo ser este “o ramalhete completo” ao nível dos pressupostos.-----

Passou a referir-se ao nível dos princípios, no âmbito dos quais, o orçamento cumpre pelo menos na vontade, naquela que não custa...-----

Quanto à forma, afirmou que este é um orçamento que foi anunciado, intensamente participado, discutido e negociado com a oposição. Esse é o discurso da conveniência, o discurso que temos que dar para fora quando não se tem maioria absoluta. No entanto a governação é de maioria relativa, obrigando a que as forças eleitas, e em particular por iniciativa do executivo, se entendessem num conjunto respeitando as diferenças, trabalhassem na procura do melhor entendimento ao serviço dos funchalenses. Mas ao contrário do que se disse para a comunicação, a participação e discussão, o tal trabalho conjunto, de abertura e diálogo de forma intensa, “não passou de conversa”. Uma única reunião preliminar ao nível dos grupos municipais não pode ser considerada intensa, participada ou de diálogo. Tivemos disponibilidade e estaríamos dispostos a discutir, a trabalhar mais e não apenas um cumprimento de uma audição que é de lei e que pouco ou nada foi a não ser a discussão de princípios e de orientações com as quais, como já foi dito atrás, está plenamente de acordo.-----

Relativamente ao “temor que conduz à ameaça de chantagem” de anunciar que não se

J.
Paulo

aceita um documento que não o próprio, quis dizer que, na realidade, continuam aqui os tiques de maioria absoluta da parte daqueles a quem o povo deu maioria relativa. Quis dizer ao Senhor Presidente e à sua Vereação que não há disponibilidade para este tipo de “birra ou chantagem”. Começa a ser característico desta vereação, em tão pouco tempo, publicitar muito o que não faz, ou diz que faz de um modo, mas na realidade faz de outra maneira. Da parte do PPD/PSD, as respostas serão sempre em primeira mão aqui e em sede própria não pelos jornais. Nem todos pensam assim, pelo que também se regista a pressa com que o CDS/PP se prestou pelos mesmos canais a descansar a vereação. A novidade aqui não é o comportamento do CDS/PP, é efetivamente o da vereação com uma visão paternalista e centralizadora condicionada pelas promessas eleitorais. -----

---Disse ainda que este orçamento prepara-se para destruir a essência do municipalismo ao reduzir drasticamente as verbas das juntas de freguesia e ao centralizar a resolução daquelas questões e apoios diretos que só as juntas de proximidade são capazes de assegurar. A par disso, a Câmara em vez de reforçar as suas capacidades em áreas nas quais tem competências e responsabilidades diretas, prevê investir o pouco que tem, em áreas pelas quais existem entidades muito melhores preparadas para prestar determinados apoios sociais. Por exemplo, a assistência nas áreas da saúde e medicamentos e no apoio ao transporte e mobilidade dos cidadãos. Vai duplicar esforços entre diversas instituições, desnecessariamente. Uma vez mais aqui, a visão centralizadora e paternalista que se centra na lógica de dar de comer em vez de ensinar a pescar. Os problemas estão identificados e só não estão resolvidos por falta de meios financeiros, não é expressando e derivando esses poucos meios que se vai resolver essas questões; não é dispensando os que estão mais próximos das pessoas nem as que ao longo de anos e anos através de muita dedicação e empenho que se vai resolver os

problemas reais que vão muito para além da esmola.-----

Sobre as zonas altas, o Senhor Deputado disse que este orçamento é omissivo, o mesmo se passando com a recuperação e manutenção dos bairros camarários e com a mobilidade e eficiência energética. Já sobre festas, publicidade em particular, o orçamento é muito cuidadoso. O orçamento seria melhor se tivesse havido aquilo que não houve, mais discussão, diálogo, capacidade de se perceber a realidade e entender que não é esvaziando as Juntas de Freguesias e aniquilando as redes sociais e os parceiros que se resolvem às questões essenciais.-----

Em suma afirmou que não pode apoiar, nem partilhar a visão que está subjacente este orçamento.-----

7. A Senhora Deputada Municipal Guida Maria Vieira Martins, do GMM, usou da palavra para dizer perante a Assembleia que, se houvesse a possibilidade de apresentar um orçamento a partir do zero, esta não era, garantidamente a proposta. Referiu que este é um orçamento de transição como já foi aqui explicado. É um orçamento herdado com as dívidas da governação laranja, que ascendem a muitos milhões de euros, embora enganadoramente o anterior responsável financeiro da Câmara tivesse afirmado publicamente que deixava a gestão da Câmara com lucros. Pelos números aqui apresentados não contestados por ninguém, verifica-se quão grande foi essa mentira. Mesmo assim, no seu entender, a proposta em discussão prima por um rigor e uma verdade que é de louvar. A proposta não se afasta dos compromissos na área social que realçou. Pela primeira vez o Município do Funchal se preocupa, realmente, com os mais pobres e mais desfavorecidos, e isso, na conjuntura atual, é muito importante. Afirmou que anteriormente, muitas vezes nesta Assembleia, enquanto oposição, discordou das prioridades dos orçamentos apresentados; muitas vezes disse que com o mesmo dinheiro, faria uma distribuição diferente das verbas tendo em conta as pessoas

J. Paulo

que mais necessitam, da verdadeira solidariedade Municipal e social. A governação laranja sempre rejeitou encarar seriamente o problema e continuou a alimentar uma política que fugia ao essencial, “tentando tapar o sol com a peneira”, e encaminhando os pobres para outras Instituições, que têm o seu mérito, mas a quem não cabe solucionar problemas, que são da competência de quem detém o poder. Congratulou-se, por isso, que a Mudança invista um milhão de euros para apoiar quem mais precisa, particularmente na compra de medicamentos e nas situações de emergência social. Estas são, de facto, áreas muito carenciadas pois existem pessoas que vão à farmácia e escolhem, não os medicamentos que precisam, mas aqueles que podem comprar. Afirmou que existe muita gente a viver abaixo do limiar da pobreza, como é do conhecimento de todos, e por isso acudir e ajudar é um dever do poder camarário. Congratulou-se pelas juntas de freguesia passarem a ter um papel mais social nestas áreas ao invés de se preocuparem com protocolos para limpar caminhos e veredas, tarefa que pode ser feita por funcionários camarários de forma competente e eficaz. As Juntas de freguesia devem ser próximas das pessoas e não meras administradoras de protocolos, que na maioria dos casos incentiva alguns lóbis e precariedade laboral. As juntas precisam conhecer a fundo a realidade social das suas freguesias, sinalizando quem realmente necessita de apoio para, em conjunto com a CMF, concretizarem as necessárias atividades. As pessoas não podem continuar apenas a servir de suporte a mobilizações partidárias, quando dá jeito, sobretudo na véspera de atos eleitorais, afirmou.-----

No seu ponto de vista, claramente os poderes sociais são muito mais importantes e necessários, até porque a Câmara tem condições para fazer o resto.-----

Relativamente à habitação, disse que que poderia existir mais verba se a maioria desta Assembleia, não tivesse “desviado” um milhão de euros de receita no IRS. Reconheceu

que a verba de setecentos e cinquenta mil euros é pequena, mas o importante é que a mesma seja efetivamente gasta na recuperação dos bairros sociais camarários e nas situações de emergência social. Afirmou que, agora, não se fará, como anteriormente, em que se inscreviam verbas nos orçamentos que não chegavam a execução efetiva, não passavam de pura ficção.-----

Congratulou o facto de, pela primeira vez, estar inscrita uma pequena verba no orçamento para começar a estudar o problema do amianto nos bairros camarários. Lembrou que o problema da degradação de habitações existe também em pleno centro do Funchal, com casos já sinalizados em S. Pedro e na Rua do Ornelas, que nunca tiveram a atenção da Câmara laranja. Não se pode continuar a deixar viver pessoas debaixo de um grave risco de vida. Afirmou que é preciso uma visão de mudança e não permitir "o deixa andar e logo se vê".-----

Passou a referir-se às grandes opções do plano. Chamou a atenção para as questões da igualdade de género que também nunca mereceram a atenção dos anteriores executivos. Reclamou pela introdução de linguagem não sexista nos regulamentos e por uma mudança de mentalidade sobre a importância da igualdade. Louvou algumas iniciativas que a Mudança já começou a fazer, mas lembrou que é muito importante destacar um espaço para as organizações não-governamentais (ONGS) que trabalham nesta área poderem funcionar com dignidade. Lembrou também a necessidade de aprovar o Plano Municipal de Igualdade bem como uma bolsa social para fazer face aos casos mais graves de violência doméstica. Alertou ainda para a falta de regulamentação do Prémio Maria Aurora. Sugeriu a comemoração do Dia Internacional da Mulher em março como momento alto na consagração destes objetivos.-----

Terminou a sua intervenção fazendo votos para que os documentos em discussão mereçam o voto favorável, e dizendo que queria ainda melhor, mas sendo o possível,

Diário
Paulo

tudo fará para que funcione.-----

8. O Senhor Deputado Municipal Donato Paulo Vares Macedo, do GMM, usou da palavra, realçando que pretendia apenas fazer uma pequena referência, um pequeno apontamento político. Disse que não concorda que se faça sempre o mesmo discurso do passado e de que foi feita uma má gestão. Obviamente que sim, que o foi, afirmou. Porém, quem está lá fora, está a ficar farto deste repetir. Quis deixar aqui um voto para que a Mudança seja também no discurso.-----

Realçou o sentido do social expresso nos documentos em discussão, que como já foi ventilado foram feitos sob pressão. Realçou também o sentido de responsabilidade manifestado pelo CDS/PP.-----

Disse esperar que se possa fazer o melhor possível e, por esse motivo o orçamento e o plano merece a sua concordância.-----

8. O Senhor Deputado Municipal Eduardo Pedro Welsh, do GMM, veio dizer que antecipava um pouco a sua intervenção sobre a Derrama, visto que é um ponto polémico e se prende com o orçamento. Lembrou que em dois mil e onze a Câmara do PPD/PSD apresentou uma proposta de Derrama, votada por unanimidade no executivo, com os votos favoráveis do PPD/PSD, do CDS/PP e do PCP/PEV. Referiu que a razão pela qual se propõe introduzir a Derrama prende-se com uma dívida de cinco milhões de euros do Governo para com o Município que não terá sido paga. Na época, a proposta não chegou à Assembleia Municipal pelo facto de entretanto ter sido aprovado o PAEL. Discordou do Senhor deputado do PPD/PSD por dizer que a dívida é bendita e por dizer que há entidades que são difíceis de cobrar. Ora estas entidades são justamente as dependentes do Governo Regional, afirmou. Afirmou que a responsabilidade por esses pagamentos é do governo regional, precisamente do partido desse mesmo deputado. Na verdade, disse, quando a Câmara era PPD/PSD foi aprovada

a Derrama sem objeção, mas agora com a Mudança, o discurso é diferente. Lembrou que a proposta, na altura, não era a mesma de agora, era superior - um por cento para as empresas até cento e cinquenta mil euros de volume de negócios e um vírgula cinco para as empresas com um volume de negócios inferior a isso. Afirmou que a atual proposta de derrama só foi apresentada por causa da redução do IRS e pediu a todos que tivessem consciência disso quando votarem.-----

Relativamente às dívidas do Governo Regional para com a Câmara, recordou que este é um Governo que gasta três milhões no Jornal da Madeira para fazer propaganda do PPD/PSD. Lembrou também que o programa de resgate à Madeira não foi imposto, foi Alberto João Jardim que o pediu. E, disse, esse resgate obrigou todos os madeirenses a pagar mais IVA e acarretou a perda de autonomia financeira.-----

Finalmente, sobre os apoios sociais, disse que o PPD/PSD não tinha nenhuma dificuldade em passar os apoios sociais pela ASA, que gastava quarenta e três por cento desse orçamento em administração. Referiu que, agora, o dinheiro será muito melhor aproveitado através das Juntas de Freguesia.-----

10. O Senhor Deputado Municipal Américo João da Silva Dias, do CDS/PP, fez a sua intervenção dizendo não poder deixar de fazer referência à proposta aprovada na última sessão da Assembleia, pois a questão de redução da receita do IRS em um por cento tem estado sempre presente com repercussões no orçamento. Porém, parece que afinal a “montanha pariu um rato”. Referiu, como decorre da exposição da senhora Vice-Presidente, que na verdade esta verba só vai influenciar a partir de dois mil e quinze, quiçá, até dois mil e dezasseis. Assim, no seu entender, esta questão nem sequer se coloca para este ano, nem tão pouco se sabe qual será a quantia, porque, quer este executivo, quer o governo nacional não sabe qual vai ser a receita do IRS dos municípios do Funchal. Aquando da discussão do orçamento de dois mil quinze/dois mil e

J.
Paulo

dezasseis será possível tirar conclusões e, pode até a Câmara estar com uma outra saúde financeira.-----

Em relação aos planos de pagamento, questionou a falta de muitos outros credores. Chamou a atenção para o facto de um dos credores não mencionado ser uma empresa que neste momento está em insolvência e que presta serviços importantes a todos os funcionários da CMF, a Madeira Medical-Center. Perguntou quando é que a Câmara prevê o pagamento da quantia em dívida a essa entidade.-----

De seguida o **Senhor Deputado Municipal Rui Nuno Barros Cortez**, do PPD/PSD, pediu a palavra para agradecer a intervenção da senhora Vice-Presidente frisando que, no fundo, a mesma corroborou o que defendeu pois acabou por dizer que a descida do IRS não está prevista para o próximo ano e confirmou que o IMT não será assim tão baixo. Ou seja, concluiu, não será necessária a Derrama.-----

Em relação à intervenção da Senhora Deputada Guida Vieira, veio esclarecer que as Câmaras não têm lucro, gastam toda a sua receita e se sobrar alguma é para investimento. Se o anterior vereador desta Câmara disse que teve lucro, não foi o que ele com certeza queria dizer, com certeza devia ter falado em superavit. Leu o conceito plasmado no orçamento, página seis. Perguntou à Senhora Deputada se já se havia esquecido das reuniões onde esteve presente pelo seu anterior partido BE e nas quais sempre votou ao lado da descentralização de tarefas e de iniciativas nas Juntas de freguesias. E agora que está dentro da coligação, perguntou se já não lhe interessa a descentralização das Juntas e vota ao contrário do que já votou nesta casa.-----

Por fim, disse que gostaria de saber a posição da Senhora Vice-Presidente acerca da assinatura do PAEL e acerca da forma como tenciona deixar daqui a quatro anos as dívidas ao próximo executivo.-----

Em sede de resposta a **Senhora Deputada Municipal Guida Maria Vieira Martins**,

do GMM, disse que o seu forte não são as contas, mas que sabe muito bem fazê-las. Lucros é uma coisa superavit é outra. O que o Senhor Vereador Pedro Calado disse quando deixou a Câmara é que tinha deixado cerca de dezasseis milhões de lucros. Ora, se a dívida da Câmara é de noventa e tal milhões, não podemos ter dezasseis milhões de euros de lucros. Pediu que se lessem as atas.-----

Esclareceu que a UDP, partido pela qual era deputada foi o único que não votou a favor da descentralização de competências para as juntas de freguesia, por entender que dessa forma se iria precarizar os trabalhadores que fariam esse trabalho. Essa posição é a mesma que assume hoje.-----

De seguida a **Senhora Vice-Presidente** explicou que relativamente à Madeira Medical Center, a Câmara tem uma dívida de quarenta e oito mil euros e que estava previsto pagar no início do ano, por esse motivo não está nos planos. Nestes só estão os valores maiores. Disse ainda que a Câmara irá fazer um grande esforço para reduzir o prazo médio de pagamentos aos fornecedores.-----

O Senhor Presidente da Câmara pediu para usar da palavra para referir que lamentava a posição do PPD/PSD. De acordo com esta força política, está tudo mal, nada presta neste orçamento, nada está bom, nem política nem tecnicamente. Disse que esperava que devido à experiência governativa deste partido, os seus membros tivessem outro tipo de postura. Disse que este partido está a assumir o “bota-abaixo” que tanto criticou. Afirmou saber que custa muito falar do passado, mas que é preciso fazê-lo. Pediu para que reparassem no que em dois meses esta Câmara e este executivo já fizeram, realçando a ideia de que estão a olhar para o futuro. Este não é efetivamente um orçamento zero, mas no entanto a oposição fala como se o ponto de partida fosse uma “tábua rasa”. Reafirmou que esta cidade e esta Câmara têm uma herança e que há fatores que condicionam. Porém afirmou que não vão limitar as suas ideias e estratégia

J.
Laut

para a cidade. O seu executivo não vai ficar quieto, acomodado e resignado com a situação, frisou.-----

Em resposta ao senhor deputado Domingos Abreu disse que não fala só do passado, fala também do contexto atual, pois não se pode esquecer do estado em que nos deixou o Governo Regional e o Governo da República, ambos do PPD/PSD.-----

Em resposta ao Senhor Deputado Rui Cortez garantiu que dorme com a consciência tranquila ao contrário dos que deixaram esta cidade no estado em que foi encontrada. Mencionou que diariamente encontra situações herdadas que mostram que era fácil ao antigo vereador falar em lucros. Disse que a postura deste executivo é a de falar a verdade e a de responsabilidade. O orçamento apresentado é um orçamento para as pessoas e não uma política do betão, seguida até agora.-----

Incomoda que haja um Fundo de Emergência Social, comparticipação de medicamentos e ajuda a quem mais necessita, afirmou. Disse que a função do Município não é duplicar mas sim complementar a ajuda para com aqueles que são mantidos à margem. As propostas apresentadas semanalmente nas reuniões de Câmara, não são “fantoçada”, são reais e vão ter efeitos positivos junto das pessoas e não na comunicação social.-----

Relativamente às transferências para as Juntas de Freguesia quis registar que tem as melhores relações com os seus Presidentes e quer continuar a tê-las. Esta visão das Juntas de Freguesia pretende afastar-se da noção redutora de que as mesmas só sirvam para limpar os becos e veredas. Garantiu que, neste momento, têm muito mais poder de intervenção social que antes não tinham e é neste caminho que pretende continuar. Aproveitou para anunciar que, logo no início do próximo ano, iniciará as presidências abertas nas Juntas para tomar conhecimento próximo da realidade de modo a melhor resolver os problemas que se colocam. Este é um trabalho de proximidade de que não

abdica. Dar este apoio é fazer com que as mesmas articulem com a Câmara a ajuda às pessoas e é fazer política no sentido mais digno da palavra.-----

Terminou dizendo que, em conjunto com a sua equipa, está aqui para colaborar com quem quiser colaborar e para ter uma posição de rigor. Disse ainda que quer falar a verdade e que vai conseguir. Garantiu que vai deixar esta Câmara muito melhor que a anterior que recebeu, vai assumir responsabilidades, cumprir os compromissos ainda que deixados pelo PPD/PSD, vai pagar dívidas e vai ainda investir na cidade e nas pessoas.-----

A Senhora Presidente da Assembleia colocou à votação o segundo ponto da ordem de trabalhos, referente às Opções do Plano de dois mil e catorze, com o Plano Plurianual de Investimentos, sendo o mesmo aprovado por maioria, com vinte e quatro votos a favor, sendo dezanove do GMM e cinco do CDS/PP, quinze abstenções, doze do PPD/PSD e três do PCP/PEV.-----

De seguida colocou à votação o ponto três da ordem de trabalhos, referente à proposta de Orçamento para dois mil e catorze, sendo o mesmo aprovado por maioria, com dezanove votos do GMM, doze votos contra do PPD/PSD e oito abstenções, sendo cinco do CDS/PP e três do CDS/PP.-----

Declarações de voto:-----

1. O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho do CDS/PP disse: "O grupo do qual fazemos parte, absteve-se no Orçamento e votou favoravelmente às Grandes Opções do Plano, pelos critérios que há pouco os senhores deputados ouviram da nossa intervenção. Gostaria de realçar alguns pormenores do ponto de vista político. Da mesma forma que o grupo do PPD/PSD disse e bem, que o GMM não tem maioria e necessita de diálogo, queria sublinhar que não admitimos lições de moral de ninguém, que imputam responsabilidades ao CDS/PP,

J. B. Abreu

nomeadamente os senhores deputados e deputadas do PPD/PSD. Tenho que vos dizer que perderam as eleições autárquicas, em setembro passado e por isso mesmo este grupo não admitirá lições de moral. Somos coerentes com aquilo que transmitimos ao nosso eleitorado da cidade do Funchal. Estaremos atentos a todos os passos que o executivo desta Câmara desenvolverá numa perspetiva futura, sempre tendo em linha de conta as pessoas. Para nós o ponto fundamental e de equilíbrio, é o entendimento político se faz com as pessoas. Por isso, o CDS/PP absteve-se no orçamento e viabilizou o Plano Plurianual de Investimentos, por via do seu voto favorável.”-----

2. O Senhor Deputado Municipal António Domingos Sousa Abreu do PPD/PSD disse: “A nossa votação contra o Orçamento para além dos argumentos técnicos e políticos que foram aduzidos, também visa contribuir para uma mudança. Os cidadãos estão cada vez mais distantes da política, e queremos promover essa aproximação. Temos consciência que perdemos as eleições. Mas isso não nos limita do direito e do dever de ter uma posição, opinião e de contribuir para uma boa governação do Funchal e sobretudo uma dignificação da política sem hipocrisias. Seria hipócrita para os cidadãos funchalenses, sobretudo para os cerca de sessenta por cento que não querem votar e que se alheiam desta política, desta forma de a fazer, se aqui estivéssemos a dizer mal. Tentaremos ser coerentes, independentemente do passado, os nossos eleitos pelo partido mais votado pelos funchalenses, vai funcionar assim na Assembleia Municipal.”-----

-----**Ponto Quatro: Aprovar, nos termos da al. o) do n.º 1 do art.º 25º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12/09, a proposta relativa ao Mapa de Pessoal da CMF em conformidade com o art.º 3º do desc. Lei 209/2009 de 3/09 e do art.º 5º da Lei 12-A/2008 de 27/02.**-----

--- Tomou a palavra o **Senhor Presidente da Câmara** que disse, na apresentação do

documento, que a Câmara está limitada pelos constrangimentos, que são do conhecimento de todos, tanto na contratação como na redução de pessoal, colocando-se ao dispor para qualquer esclarecimento.-----

Inscrições:-----

1. O Senhor Deputado Municipal Eduardo Pedro Welsh, do GMM, referiu que, de facto, o Mapa está condicionado pelas Leis vigentes, programa de ajustamento e que o número de reduções previsto será alcançado pelas aposentações e não por despedimentos.-----

2. O Senhor Deputado Municipal Fernão Manuel Gonçalves Rodrigues, do PCP/PEV, colocou algumas questões em relação ao mapa de pessoal para dois mil e catorze. Referiu que em dois mil e treze, o número total de postos de trabalho era de mil oitocentos e trinta e cinco. Os postos de trabalho ocupados eram de mil seiscentos e noventa e nove. Para dois mil e catorze, os postos de trabalhos são mil oitocentos e sessenta e nove. Portanto, mais trinta e quatro. Os ocupados mais dois. Ou seja, mil seiscentos e setenta e um no total. Os números de postos de trabalhos vagos sobem de trinta em dois mil e treze, para noventa e três em dois mil e catorze. Disse que gostaria de saber de que forma é que está a ser implementada a obrigatória redução de dois por cento ao ano do quadro de funcionários, e como é que tal se reflete no mapa de pessoal.-----

O Senhor Presidente da Câmara respondeu dizendo que a redução dos dois por cento tem sido feita pelas aposentações. Essa tem sido a orientação e é esse o caminho que tem vindo a seguir-se. A vaga fica em aberto mas não entra ninguém porque a lei não permite.-----

A Senhora Presidente da Assembleia colocou à votação este ponto, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.-----

Ponto cinco: Aprovar de acordo com o disposto na al. d) do n.º 1 do art.º 25.º do

Paulo

anexo I à Lei 75/20013 de 12/09: - a proposta de derrama de 0,5% sobre o lucro tributável e não isento de impostos sobre o rendimento das pessoas coletivas de 2013 e a cobrar em 2014, para os sujeitos passivos com um volume de negócios em 2013 superior a €150.000,00 (nº 1 do art.º 14º da Lei 2/2007 de 15/01 e nº 1 do art.º 18º da Lei 73/2013 de 12/09) – a proposta de isentar a derrama os sujeitos passivos com um volume de negócios passivos de negócios no ano anterior que não ultrapasse €150.000,00, fundamentada na necessidade de proteger as condições de competitividade dos pequenos negócios.-----

---O Senhor Presidente da Câmara referiu em relação a esta proposta que não era intenção aplicar a Derrama. Mas a aprovação da devolução de um por cento de IRS, obrigou a vereação a aplicar este imposto. Embora seja novidade aqui nos Municípios da RAM, é generalizado a muitos municípios a nível do território nacional. A proposta procura encontrar uma situação de equilíbrio aplicando zero vírgula cinco por cento sobre o lucro para as empresas com um volume de negócios superiores a €150.000,00 e salvaguardando aquelas empresas mais pequenas de modo a evitar efeitos nefastos na economia. A preocupação é a de não perturbar a situação do tecido empresarial da cidade e garantir condições de empregabilidade de modo a que as empresas continuem a ter a sua dinâmica. Considera esta uma proposta equilibrada no contexto em que vivemos.

Inscrições:-----

1. A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado do PCP/PEV apresentou uma proposta do seguinte teor: “a) Lançamento de uma derrama de um vírgula cinco por cento sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC de dois mil e treze para os sujeitos passivos com um volume de negócios superior a cento e cinquenta mil euros; e b) Lançamento de uma taxa reduzida de derrama de zero vírgula

cinco por cento para os sujeitos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os cento e cinquenta mil euros.”-----

Em seguida referiu que esta proposta é substancialmente superior e mais benéfica para o município. A título de exemplo referiu que num lucro tributável de dez mil euros a tributação rondará os cinquenta euros, e num lucro tributável de cinquenta mil o valor de duzentos e cinquenta euros. Na verdade, disse, é este o valor com que as empresas vão contribuir. Solicitou um esclarecimento adicional, por uma questão de coerência, em face de toda a argumentação que foi apresentada ao longo da manhã referente às dificuldades financeiras que o município enfrenta.-----

2. O Senhor Deputado Municipal Eduardo Pedro Welsh, do GMM, referiu que há dois pontos de vista: um que defende que devia ser aplicada mais Derrama e outro que propugna pela não aplicação da Derrama. E disse que o que se pretende, na realidade, é um equilíbrio, porque a conjuntura é difícil. A aplicação de um valor mínimo, menor do que foi sugerido em dois mil e onze. Disse que discorda da proposta do PCP/PEV em aplicar a derrama a empresas que tem um volume de negócios abaixo dos cento e cinquenta mil euros. É costume falar-se de patrões e de trabalhadores, mas na maior parte dessas empresas pequenas, o patrão e o trabalhador são a mesma pessoa, e se conseguem tirar algum lucro nesta conjuntura é de louvar. Na sua perspetiva não se deve afetar as empresas em mais do que seja necessário. Declarou que vai votar a favor da proposta do executivo e contra a proposta apresentada pelo PCP/PEV. Disse que tem havido muita pressão para que que proposta não seja aprovada. Mas disse também esperar que os deputados municipais dos grupos que votaram em dois mil e onze tenham a mesma facilidade em votar a favor desta proposta, como os respetivos vereadores fizeram naquela ano.-----

3. O Senhor Deputado Municipal Rui Nuno Barros Cortez, do PPD/PSD, interveio

J. V. F. F. F.

dizendo que julga que a própria Câmara neste momento deve estar arrependida de ter apresentado a proposta da Derrama. Lembrou que a Senhora Vice-Presidente disse que o IRS não terá impacto em dois mil e catorze. Portanto, a questão de aplicar a Derrama não é para colmatar a perda de IRS. Referiu também as palavras do Senhor Presidente quando disse que vinha para fazer política diferente, declarando não ver mudança de atitude porque não fala verdade em relação a esta matéria. Afirmou que, mesmo que tecnicamente fosse já no próximo ano, o impacto do IRS seria de duzentos e cinquenta mil euros e não de um milhão de euros. Concluiu dizendo que esta Derrama não é necessária.-----

4. **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho** do CDS/PP afirmou que, como é sabido, o CDS/PP é contra o aumento de qualquer tributação às empresas. Disse que se poderia baixar mais na despesa corrente da CMF e não aumentar a tributação da carga fiscal às pequenas e médias empresas. Declarou que a proposta do PCP/PEV, é pior. Informou que os pequenos comerciantes estão preocupados com a Derrama, que é um assunto que está na ordem do dia e que estão atentos ao desenvolvimento político-económico, e ao impacto fiscal que esta medida irá trazer. O seu partido defende que as empresas deslocalizem a sua sede para o Funchal, mas já não concorda com o aproveitamento político que solicita às empresas que se desloquem do Funchal, como por exemplo fez o Município de Câmara de Lobos. No seu ponto de vista esta Derrama não faz sentido. Disse concordar com a argumentação do deputado Rui Cortez que é do ponto de vista orçamental, político e técnico, justificada.-----
Referiu-se às críticas ao CDS/PP quando apresentou a proposta de redução do IRS. Porém do ponto de vista contabilístico e financeiro não se trata de um milhão de euros, mas sim de duzentos e quarente e três mil euros, que é o que efetivamente está no orçamento. Solicitou bom senso, diálogo e concertação e propôs que o próprio

executivo retirasse a proposta da Derrama, por não se justificar do ponto de vista político, económico e social para as empresas e para os empresários do Funchal.-----

Em resposta a **Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado**, do PCP/PEV, disse gostaria, sinceramente, que a preocupação demonstrada aqui pelo CDS/PP se refletisse nas empresas, isto é, a nível nacional. O CDS/PP está preocupado com o comércio, mas é esse mesmo CDS/PP acompanhado com o PPD/PSD que, agora, de repente, vem com a proposta de aumentar o IVA em mais um por cento.-----

Em relação à intervenção do Senhor deputado Welsh, pediu a esta Assembleia que as questões fossem colocadas nos termos corretos e que acima de tudo não fosse utilizada, como infelizmente chegou a acontecer, na votação IRS e do IMI, uma deturpação do que realmente aconteceu. Porque, afirmou, a proposta do PCP/PEV não implicará com o pequeno ou micro comerciante.-----

O Senhor Deputado Municipal Eduardo Pedro Welsh, do GMM, ripostou dizendo que a Derrama era sobre o lucro tributável e não sobre o volume de negócios.-----

Por fim, **o Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho**, do CDS/PP, declarou que, de facto, todas as pessoas estão cientes dos problemas sociais e económicos que estão a abalar a Região, o País e o próprio Mundo. Disse que no orçamento regional o CDS/PP propôs um decréscimo da taxa do IVA no sector da restauração, para doze por cento. A CDU não incluiu nenhuma proposta no sentido de melhorar a situação fiscal, nomeadamente do IVA, para a restauração e para os comerciantes do Funchal. Declarou que tudo o que seja para reduzir a carga fiscal dos empresários desta região, terá o voto favorável do CDS/PP. Lembrou também que o seu partido propôs ao executivo a redução em cinquenta por cento, no orçamento camarário das taxas para os comerciantes.-----

---A **Senhora Vice-presidente, Filipa Jardim Fernandes**, no uso da palavra explicou

10
Acabo

que, embora haja uma diminuição de trezentos mil euros, a mesma não tem nada a ver com a decisão da redução de um por cento do IRS, como já havia explicado. Referiu-se ao ponto da ordem de trabalhos desta Assembleia, que é uma retificação dos rendimentos sobre os quais é calculada a percentagem do IRS de dois mil e treze para dois mil e catorze. De facto houve um erro, disse. Explicou que o executivo pensou aplicava sobre a coleta líquida relativa aos rendimentos de dois mil e treze mas, na verdade, é sobre os rendimentos de dois mil e catorze. Disse ainda que no orçamento Geral de Estado para dois mil e catorze, já está prevista uma redução do IRC na ordem dos dois por cento. Continuou dizendo que este diferencial de zero ponto cinco, só têm significado em empresas que têm muito lucro, por exemplo, a GALP, que talvez seja uma das empresas com mais lucro tributável na Madeira, e que pagará cinquenta mil euros. No seu entender, não é isso que vai impedir o crescimento das empresas, até porque a proposta protege as empresas mais pequenas com volume de negócios inferior a cento e cinquenta mil euros. Exortou os Senhores Deputados a verificarem que os Municípios que fizeram a redução de IRS também aplicaram a Derrama. Isto é, não se pode ter por um lado a redução do IRS e depois não ter a Derrama. Lembrou que uma das maiores fontes de receita do Município de Lisboa é a Derrama. Em conclusão disse que no futuro vai ser difícil não aplicarmos a Derrama, pois, como é do conhecimento geral, no futuro o IMT vai desaparecer e para além da Derrama vamos ter de procurar outras fontes de receita para a Câmara.”-----

---Terminada a discussão do ponto cinco da ordem de trabalhos, a Senhora Presidente, colocou à votação a alteração apresentada pelo PCP/PEV à proposta camarária referente à Derrama, no sentido de fixar a mesma em um vírgula cinco por cento sobre o lucro tributável e não isento de IRC de dois mil e treze para os sujeitos passivos com volume de negócios superior a cento e cinquenta mil euros, e o

lançamento de uma taxa reduzida de zero vírgula cinco para os sujeitos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse aquele mesmo valor, sendo a mesma não aprovada, com trinta e cinco votos contra, sendo dezanove do GMM, onze do PPD/PSD, cinco do CDS/PP e três votos a favor do PCP/PEV.-----

Seguidamente a Presidente da Mesa da Assembleia colocou à votação a proposta apresentada pela Câmara relativa à Derrama, referente ao ponto cinco da ordem de trabalhos, sendo a mesma aprovada com vinte e dois votos a favor, sendo dezanove do GMM e três do PCP/PEV, e com dezasseis votos contra, sendo onze do PPD/PSD e cinco do CDS/PP.-----

-----**Declarações de voto:**-----

1. O Senhor Deputado Municipal António Domingos Sousa Abreu do PPD/PSD disse: “A nossa votação é sempre contrária a tudo o que seja sobrecarregar as famílias e as empresas. E aproveitava para clarificar relativamente a uma ideia, aqui insinuada, sobre a posição de voto na Vereação e na Assembleia, como se fossem dois partidos que o PPD/PSD tem. Sempre que na vereação houver abstenção, é aqui que se vai decidir e são os senhores deputados que têm a última palavra.”-----

2. A Senhora Deputada Municipal Herlinda Maria Gouveia Amado do PCP/PEV disse: “Tendo em conta que somos a favor da Derrama e tendo em conta a nossa proposta de alteração que não passou, é claro que não podíamos ter outra posição, senão votar a favor desta proposta, apesar de, e volto a referir, achar que não é o suficiente.”-

Ponto seis: Aprovar a retificação de deliberação de dezoito de novembro último relativa à fixação em quatro por cento a participação do Município do Funchal no imposto sobre o rendimento de pessoas singulares (IRS), dos sujeitos passivos no domicílio fiscal da circunscrição do concelho do Funchal, tendo por referência os rendimentos de dois mil e treze calculada sobre a respetiva coleta líquida das

J.
B.
Paulo

deduções previstas no nº 1 do artigo 78º do Código do IRS, em conformidade com o disposto no nº 2 do artigo 20º da Lei 2/2007 de 15/01.-----

Não houve inscrições.-----

A Senhora Presidente colocou à votação este ponto, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.-----

Não houve declarações de voto.-----

Ponto sete: Aprovar, nos termos das alíneas b) e g) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I à Lei 75/2013 de 12/09, a proposta de alteração do nº 8 do artigo 33º e do nº 4 do artigo 36º do Regulamento Geral de Taxas, Outras Receitas e Licenças Municipais do Município do Funchal, no âmbito do programa de Revitalização do Comércio do Funchal.-----

A Palavra foi dada ao Senhor Presidente da Câmara que referiu não poder deixar de mencionar, no contexto económico atual, as dificuldades que as empresas atravessam. Disse que também frequenta estabelecimentos, lojas e restaurantes mas a verdade é que não vê ninguém assustado com a questão da derrama. Na conjuntura atual grande parte do comércio, e particularmente o comércio tradicional, sente efetivamente dificuldades. Referiu que na vereação anterior houve uma atenção para os estabelecimentos afetados pelas obras que se realizam na zona baixa e muito bem, mas foi pouco. Porque, no seu ponto de vista, os problemas não afetam só as lojas da zona baixa do Funchal, mas a generalidade do comércio e dos estabelecimentos na cidade. Declarou que por entender que deve promover e dinamizar o comércio, o seu executivo apresenta o programa de revitalização, que tem como pilar a criação de uma marca do comércio Funchal como fundamental para congregar do ponto de vista do marketing e das ações coletivas. Mas, continuou, não só do ponto de vista da promoção como da divulgação, mas também para criação e dinamização de um portal do

J. V. B. B.

2. O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Pimenta Camacho do CDS/PP esclareceu que o CDS/PP propôs uma alternativa, pois, como sabe o Sr. Presidente, a proposta inicial do seu partido era a diminuição das taxas sem o requerimento prévio do comerciante. O CDS/PP pretendia ir mais longe porque nem toda a gente lê o diário de notícias. Afirmou que se trata de uma questão de chegar a todos essa informação.

3. O Senhor Deputado Municipal Carlos Alberto Rodrigues do PPD/PSD usou da palavra, referindo que não bastam as intenções para que um documento ou uma proposta seja bem-feita. Sugeriu mais algum cuidado na forma como se produzem esses documentos. E, realçou, este documento tem três situações que julga gritantes, e demonstram a falta de cuidado com que os documentos são tratados para serem apresentados quer publicamente quer a esta casa. Exemplificou que, a determinada altura fala-se de uma coisa ou de um conceito que não conheço e tenho algumas dificuldades em perceber o que são “falências e insolvências crescentes.” As falências ou insolvências ou existem e não são crescentes, disse. Quanto muito existirá um número crescente de falências e de insolvências. E, mencionou, outra palavra que não conhece é a palavra “conjetura” e não percebe o que é “conjetura sócio económica”. E outra que também disse desconhecer é que os comerciantes exercem o seu “mister”. Eram estas as correções que julga necessárias.-----

Outra questão que quis colocar é se este executivo está ou não preparado para proceder ao encontro de contas com as empresas que são suas fornecedoras e que por sua vez também têm que pagar as taxas que são devidas à Câmara. É que, no passado, e aí o seu partido terá que assumir essas responsabilidades, essa situação de facilitar encontro de contas entre aquilo que as empresas fornecedoras da Câmara tinham a receber e aquilo que tinham a pagar em termos de taxas, não era facilitada. Atendendo às dificuldades que tanto aqui foram repetidas, disse que gostaria de saber se o executivo

está na disposição de proceder a esse encontro de contas, nomeadamente no que diz respeito às taxas.-----

A Senhora Vice-presidente pediu a palavra para esclarecer que em relação ao encontro de contas desconhece a prática do passado, mas que não vê inconveniente nenhum em fazê-lo.-----

O Senhor Presidente da Câmara esclarece que em relação à redução das taxas há a obrigatoriedade dos interessados apresentarem requerimento, pois caso o requerente esteja em dívida para com a Câmara não beneficiará do desconto, a não ser que haja um plano e um acordo de pagamentos.-----

O Senhor Deputado Municipal Carlos Alberto Rodrigues, do PSD, interpelou o Senhor Presidente da Câmara, dizendo que a questão não se coloca em sede de benefícios. Deu o exemplo concreto da sua empresa que deve cinco mil euros de taxas de publicidade ou de outro género, mas que tem um crédito sobre a Câmara de um fornecimento que fez. A pergunta é se o pagamento relativo às taxas de um determinado ano pode ser através de encontro de contas com aquele valor que tem a receber dos fornecimentos.-----

-----**O Senhor Presidente da Câmara** respondeu que sim que essa é uma das situações previstas.-----

-----**A Senhora Presidente da Assembleia** tomou a palavra informando que a proposta foi apresentada à Assembleia como uma proposta conjunta do GMM e do CDS/PP. A proposta que foi apresentada por parte do executivo já inclui a proposta do CDS/PP. Eventualmente poderá ser estudada a questão de saber se ela fica introduzida no artigo ou numa norma transitória, mas que ficará sempre no Regulamento das Taxas.-----

-----De seguida, **a Senhora Presidente** colocou à votação a aprovação, nos termos das alíneas b) e g) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12/09, a proposta

J. Manuel
Paulo

de alteração do número 8 do artigo 33º e do nº 4 do artigo 36º do Regulamento Geral das Taxas, Outras Receitas e Licenças Municipais do Município do Funchal, no âmbito do programa de Revitalização do Comércio do Funchal, sendo a mesma aprovada por unanimidade.-----

---Declarações de voto:-----

1. O Senhor Deputado Municipal, Jorge Manuel Morais da Silva Reis, do PCP/PEV disse: “Há muito que o PCP/PEV tem vindo a defender a importância de implementar medidas concretas para fazer face à crise do comércio. A redução de taxas insere-se nestas medidas pelo que consideramos como positiva esta decisão.” -----

Ponto oito: Aprovar, nos termos das alíneas b) e g) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I à Lei 75/2013 de 12/09 a proposta de Regulamento do Teatro Municipal Baltazar Dias com a revogação dos artigos 59º e 60º da Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara, apresentando a proposta, disse que a mesma refere-se à alteração da Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais do Teatro Municipal Baltazar Dias, inserindo-se numa política de incentivo à cultura. Como todos sabem, o Teatro é a catedral da cultura, não só do Funchal como da RAM e parece-lhe fundamental dinamizar e incentivar aquele espaço, sendo uma das formas de o fazer, a redução de taxas de modo a que os agentes e associações culturais desenvolvam as suas atividades. Disse que a ação cultural da Câmara vai muito mais além do que o Teatro Municipal, mas ciente da sua importância pretende dar um incentivo aos agentes culturais para o uso do Teatro.-----

Inscrições:-----

1. O Senhor Deputado Municipal Américo João da Silva Dias, do CDS/PP, no uso da palavra disse discordar do ponto de vista do Presidente da Camara. Entende que esta

proposta de Regulamento não é um incentivo à cultura. No seu artigo 5º, nº 2 havia um limite máximo de mil e quinhentos euros por espetáculo e, neste momento, não existe nenhum. Ou seja, neste momento a CMF tem direito a vinte por cento do valor bruto cobrado na bilheteira, quando tinha antigamente um teto máximo de mil e quinhentos euros. Na prática, disse, isto vai retirar espetáculos ao Teatro, porque as entidades culturais têm um acréscimo de despesa com o seu espetáculo. Acrescentou que, na verdade, não existe um verdadeiro Regulamento. Do ponto de vista do CDS/PP é importante para um Teatro Municipal a existência de um diretor artístico autónomo e conseqüentemente de um programa cultural. Este Teatro não prevê um diretor artístico autónomo que é essencial para elaborar um bom programa cultural e entende, por isso, que este projeto de Regulamento é deficitário. Por esse motivo, concluiu, este Regulamento não é um incentivo à cultura. -----

2. O Senhor Deputado Municipal António Domingos de Sousa Abreu, do PPD/PSD referiu que concorda com os princípios subjacentes a esta proposta: promover, alargar, incentivar não só Cultura em si, mas sobretudo a valorização de um equipamento que é também um monumento, a melhor e mais nobre sala de cultura da nossa cidade. Por isso, o seu partido vai votar a favor do próprio regulamento que vem clarificar e criar condições para que haja uma programação mais regular, mais atempada que permita, integrar a informação naquela que é a divulgação do que se passa no Teatro, junto do público em geral. Registou com muito agrado a manutenção de uma das iniciativas que já vinha de trás e que tem a ver com a possibilidade de se promover visitas ao Teatro. É uma medida que já existia e quis deixar o registo que nem tudo é novo.-----

3. A Senhora Deputada Municipal Ana Patricia da Silva Oliveira do GMM usou da palavra para congratular o Grupo Municipal Mudança pela proposta de Regulamento de Utilização do Teatro Municipal Baltasar Dias. Considera-o um

Paulo

verdadeiro instrumento de Democratização da Cultura para todos aqueles que (como o seu partido) definem a causa da Cultura como um desígnio. Já era tempo de dizer basta, de assumir um novo rumo, de uma verdadeira Mudança de política municipal do setor cultural, capaz de proporcionar a abertura de portas da cultura a todos, sem exceção, os cidadãos ricos e pobres, os agentes e promotores culturais públicos e privados. A intenção deste executivo camarário em alavancar a democratização cultural está bem patente nos novos valores referentes às compensações devidas por espetáculos organizados por entidades promotoras que possuam natureza pública, de utilidade pública ou cujo objeto social seja de índole cultural ou artística. Mas também está bem patente na redução da compensação devida por espetáculos organizados pelas demais entidades promotoras (as que possuam fins empresariais, lucrativos ou diversos dos anteriores) que passarão a pagar 600€ por dia (três vezes menos do que os 2500€ anteriores). Afirmou que revigorar o setor cultural da cidade passa ainda por incutir hábitos culturais nos cidadãos, através da regulamentação de visitas guiadas por trabalhador qualificado do Teatro, que serão gratuitas para grupos de escolas, grupos de utentes das IPSS e profissionais das Associações sem fins lucrativos. Por último, mencionou que o leque de incentivos conta ainda com o esforço da autarquia para ser um verdadeiro parceiro dos atores e promotores culturais da cidade, nomeadamente a Publicação, na agenda cultural do Funchal e nos sítios da Internet da Câmara Municipal do Funchal, de informações sobre os espetáculos, venda on-line de ingressos para espetáculos, colocação de cartazes promocionais dos espetáculos em suportes físicos no Teatro Municipal, entre outros. Afirmou que acredita que este novo "Regulamento de Utilização do Teatro Municipal Baltasar Dias" contribuirá para encerrar de vez o enorme fosso cultural responsável pela desigualdade de acesso aos bens culturais. Face ao exposto, apelou a todos os presentes que votem favoravelmente a proposta em

apreço.-----

4. O Senhor Deputado Municipal Jorge Manuel Morais da Silva Reis, do PCP/PEV, manifestou-se dizendo que, do seu ponto de vista, o Regulamento apresentado embora mantendo a base do regulamento anterior, introduz algumas alterações positivas. A par de algumas novas propostas da utilização do espaço, a redução dos valores a serem praticados nas diversas modalidades constitui um bom pronuncio e possibilitará uma maior utilização desta infraestrutura, aspetos positivo que merece aprovação.-----

O Senhor Presidente da Câmara frisou que há uma efetiva redução de valores cobrados nas taxas pela utilização do Teatro. Explicou que o facto de não existir um teto máximo não interfere claramente como aspeto negativo naquilo que é o uso do Teatro. Na maioria dos casos haverá efetivamente uma redução pelo uso daquele espaço. Também explicou que há uma Diretora do Departamento da Cultura e que há determinados aspetos que não devem constar do regulamento. Acrescentou que está a ser constituído o Conselho da Cultura do Funchal. Informou acerca da mudança da temporada artística agora coincidente com o ano civil e das propostas de programação cultural que serão analisadas por esse Conselho da Cultura. Referiu também que é verdade que já existiam visitas ao Teatro, mas que não estavam regulamentadas, não estavam a ser rentabilizadas até do ponto de vista financeiro e que pretende fazê-lo com outra dinâmica e abrangência.-----

O Senhor Deputado Municipal Américo João da Silva Dias, do CDS/PP, interveio em jeito de conclusão, dizendo esperar que assim seja no futuro e que estes vinte por cento sobre o valor bruto não façam assustar os empresários embora tenha muitas dúvidas se os empresários optarão em fazer espetáculos no Teatro Municipal.-----

O Senhor Presidente da Câmara retorquiu dizendo que há uma preocupação em obter

10
Raulle

receitas de forma a manter aquele espaço, que não pode ser gratuito como seria desejável. Informou que este regulamento foi feito após consulta a vários agentes culturais e o entendimento é o de que seria uma mais-valia relativamente ao anterior.--

A Senhora Presidente da Assembleia colocou à votação este ponto, sendo o mesmo aprovado por maioria, com trinta e sete votos a favor, sendo dezoito votos do GMM, onze do PPD/PSD, cinco do CDS/PP, três do PCP/PEV e uma abstenção do GMM, com a revogação dos artigos 59º e 60º da Tabela de Taxas e outras receitas municipais.-

Ponto nove: Aprovar, nos termos da al. g) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I à Lei 75/2013 de 12/09 a proposta de Regulamento de Ajuda a Pequenas Reparações no Domicílio a Seniores Carenciados – programa “Câmara à Porta”.-----

A Senhora Presidente da Assembleia informou que foi apresentada uma alteração à proposta do executivo por parte do GMM, em que se propõe a retirada de parte da alínea a) do artigo 3º, de forma a não limitar o acesso ao programa que rezava assim: “desde que não façam parte do agregado familiar pessoas com idades compreendidas entre os dezasseis e os sessenta e quatro anos”.-----

Dada a palavra ao **Senhor Vereador José Edgar Marques da Silva**, o mesmo apresentou o programa dizendo que é destinado ao apoio aos idosos em situação de carência económica e isolamento social. Destina-se a efetuar pequenas reparações nos domicílios a partir da CMF e é gratuito. O programa não se cinge à simples execução de tarefas no domicílio. É um programa que abrange uma situação muito mais alargada que poderá, a nível social, trazer uma forma de monitorizar a violência sobre os idosos e poderá também servir como uma plataforma em futuros protocolos com as Associações e IPSS, que têm pessoas a seu cargo e que poderão desempenhar funções nas oficinas solidárias. Exemplificou com a casa de S. João de Deus que tem um programa sobre terapia, possui carpinteiros e canalizadores, os quais serão utilizados e

poderão no futuro trabalhar em parceria com a Câmara. Este programa também será descentralizado às Juntas de Freguesia e poderá ser integrado em algumas Associações que participem na execução destas tarefas nos domicílios. No entanto, terá de ser implementado primeiro pelo município do Funchal e depois, dentro da rede social. Explicou mais que este programa tem o condão de concretizar a coesão social e a inclusão de pessoas a quem neste momento não é permitido desenvolver de uma forma controlada e supervisionada determinadas ações como por exemplo os utentes do programa da ergoterapia. Esclareceu que neste programa, em determinados casos, serão fornecidos os equipamentos que as pessoas precisam, pequenas coisas, um vidro que se parta, um cano de água que não esteja a funcionar. Na sua perspetiva é importante potenciar esta dinâmica de solidariedade entre as pessoas, aproximá-las umas das outras. O Programa será transversal a outros e permitirá ser monitorizado para adequação e melhoria. É um regulamento feito com o melhor dos objetivos e, no futuro será pensada a sua descentralização, mas com as necessárias cautelas na aplicação dos dinheiros públicos.-----

Inscrições:-----

1. O Senhor Deputado Municipal Jorge Manuel Morais da Silva Reis, do PCP/PEV, disse que a proposta de criação de mecanismo de apoio à população mais idosa e de maior carência social, é positiva. No entanto entende que algumas questões que mereceriam revisão, desde logo a referida no artigo 3º alíneas a) e b). Disse concordar com a proposta apresentada agora pelo GMM.-----

2. O Senhor Deputado Municipal João Valdemar Berenguer, do GMM usou da palavra dizendo que este é um programa inédito criado pela Coligação “Mudança”. Em todo o tempo de governação do PPD/PSD e com todo o dinheiro que existia nunca foi criado um programa tão abrangente. Poderia falar-se da ASA ou da ADECOM, mas

Handwritten signature and name: Paulo

recordou que metade do dinheiro que ia para estas associações era para despesas administrativas, isto é, “tachos”.

Reforçou a ideia de abrangência deste programa pois não visa só o arranjo do caminho, ou da fechadura, mas principalmente ajuda a monitorizar as pessoas com mais de sessenta e cinco anos de idade que vivem em isolamento social ou geográfico, com dificuldades financeiras, muitas delas sofrendo maus tratos físicos ou psicológicos. No seu entender, essa monitorização permitirá o seu envio à Segurança Social ou às IPSS de maneira a que sejam resolvidas com a maior brevidade possível. Frisou outra vantagem deste programa que passa por potenciar a solidariedade entre vizinhos, tanto no material doado, como na mão-de-obra. Disse que essa solidariedade pode também ser estendida a empresas que queiram ajudar através da Lei do Mecenato. Este é um programa de inclusão e coesão social, afirmou.

Referiu que, sendo este o primeiro programa do género, o mesmo pode ser melhorado ao final de cada seis meses, se assim for necessário e uma vez em pleno funcionamento poderá ser passado a uma outra entidade de confiança e competente para lhe dar continuidade.

Referiu por fim que apoia a proposta do GMM para ser retirada da parte da alínea a) do artigo 3º porque aquele texto limita o acesso ao programa.

3. O Senhor Deputado Municipal António Domingos de Sousa Abreu, do PPD/PSD, interveio dizendo que, uma vez mais, na questão dos princípios estamos plenamente identificados e de acordo. Tudo o que seja aproximar o Município e a Câmara dos cidadãos terá sempre o seu apoio. O apoio aos funchalenses mais desprotegidos, como são obviamente os mais idosos, contará sempre com o apoio do seu grupo municipal. No entanto, segundo afirmou, parece haver uma pequena confusão entre aquilo que o senhor vereador anunciou que é um programa, princípios

e intenções, com aquilo que está escrito neste Regulamento, ou seja, o Regulamento é obviamente algo mais restrito e não reflete aquilo que é o seu programa. Logicamente, entende que deve dar o benefício da dúvida e apoiará a sua ampliação para que seja efetivamente um programa. Já do ponto de vista da concretização, disse ser a que mais o preocupa. É dito no regulamento que a aplicação do mesmo é feita através de meios próprios da autarquia, através de funcionários e de uma unidade móvel. Portanto, tudo o que disse, de que contará com outras parcerias é bem-vindo. A possibilidade de outras instituições e de outras entidades colaborarem não garante a execução do programa. Aquilo que está no programa efetivamente em termos de regulamento é uma unidade móvel e funcionários. Perguntou se efetivamente existem e se estão disponíveis. Porque, disse, se existem e estão disponíveis, já deveriam estar a dar apoio direto a outras carências designadamente, nos bairros sociais e em tudo mais já identificado. Afirmou saber que até agora tem sido impossível à autarquia, por falta de meios humanos, materiais e financeiros, cumprir a própria manutenção daquilo que são as suas infraestruturas e equipamentos a este nível. Por isso, não vislumbra como é que se conseguirá levar o programa à prática. Por fim, registou com muito agrado a proposta do GMM que altera, para melhor, e que resulta precisamente do diálogo e da abertura, em reunião de vereação.

4. A Senhora Deputada Guida Maria Vieira Martins, do GMM, interveio dizendo que pretendia tão só fundamentar a proposta do GMM que se prende com o artigo 3º, que trata dos requisitos de acesso ao programa. No ponto de vista do seu grupo, não deverá existir um requisito de acesso tão limitativo, ou seja, não admitir a candidatura do idoso só porque ele tem no seu agregado familiar pessoas com idades inferiores à sua. Porque pode existir pessoas com idades inferiores, que não tenham condições para pregar um prego ou para fazer outra tarefa, como sejam deficientes ou doentes. Era

*João
Reis*

uma injustiça. Do que trata o artigo 3º é do requisito de acesso à candidatura e isso era uma limitação inaceitável.-----

Disse ainda estar de acordo com o Senhor Deputado Jorge quanto à questão do rendimento. É realmente baixo e declarou esperar que dentro de seis meses a Câmara possa estar em condições de fazer um ponto de situação e alterar esta alínea poderá. Afirmou que, na sua opinião pessoal, optaria por referir-se a rendimento “per capita”, mas como não é consensual, disse aceitar que fique assim, com a condição de ser revisto.-----

Afirmou ainda que este é um programa de cariz social muito importante realçando que a própria autarquia pode ter um papel pedagógico e que as visitas à habitação serão igualmente muito importantes.-----

O Senhor Vereador José Edgar Marques da Silva pediu a palavra para esclarecer que relativamente ao universo foi necessário recorrer a dados estatísticos. A Segurança Social não nos concedeu os dados em relação ao universo de pessoas que auferiam a pensão mínima pelo Regime Geral da Segurança Social e a pensão social de velhice. No entanto foi pedido ao Centro Nacional de Pensões informação acerca do total de cidadãos que auferem a pensão mínima do Regime Geral da Segurança. Explicou que inicialmente, o programa destinava-se apenas aos idosos em situação de carência económica e isolamento social ou geográfico. Disse concordo plenamente com a Senhora Deputada em relação à idade de acesso e gostaria que o programa fosse mais abrangente, mesmo ao nível da pensão mínima. Claro que o programa sendo muito mais abrangente, o universo de candidatos seria muito maior. Porém, devido ao nosso orçamento de transição, operaremos através de meios da Sociohabita, seja através de viaturas seja de funcionários. Informou que o Município tem uma equipa muito motivada e espera daqui a oito meses estar a elaborar outro regulamento e alarga-lo até

na rede social. Concluiu dizendo que o programa de apoio da “Câmara a Porta” terá um arranque muito ténue, mas terá a virtualidade de nos permitir ver a realidade com a colaboração das Juntas de Freguesia.-----

O Senhor Deputado Municipal António Domingos de Sousa Abreu, do PPD/PSD, disse que relativamente à monitorização e na lógica daquilo que o senhor vereador disse, que subscreve, é preciso aprender com os programas e a exemplo do que foi feito na reunião de vereação para uma outra iniciativa, gostaríamos que também fosse inscrito neste Programa, se fosse possível, a necessidade de publicitar e divulgar os resultados de uma forma semestral, seguindo a redação que ontem foi aprovada para outro programa.-----

---A Senhora Presidente da Assembleia colocou à votação o Regulamento de Ajuda a Pequenas Reparações no Domicílio a Seniores Carenciados “Programa à Porta”, **com a proposta apresentada pelo GMM, de eliminação de parte da alínea a) do artigo 3º** onde se lê: “desde que não façam parte do agregado familiar pessoas com idades compreendidas entre os dezasseis e sessenta e quatro anos de idade”, sendo a mesma aprovada por unanimidade.-----

Não houve declarações de voto:-----

Ponto dez: Aprovar nos termos da al. h) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I à Lei 75/2013 de 12/09, a proposta de planos de pagamento dos montantes em dívida com os principais credores do Município.-----

---O Senhor Deputado municipal Carlos Alberto Rodrigues, do PPD/PSD, declarou-se impedido, nos termos do novo Regimento, de discutir e votar este ponto, por conflito de interesses.-----

A Senhora Vice-Presidente fez a explicação do documento distinguindo dois pontos dizendo que há acordos assinados com a Valor Ambiente, a EEM e o IGA mas que

*Disse
Burb*

relativamente aos outros quatro fornecedores, não existe ainda acordo, mas tão só um planeamento unilateral feito pelo anterior vereador. Disse que os valores aqui referidos são os relativos aos montantes mais significativos. Disse que o acordo assinado em setembro pela anterior vereação, por ser plurianual, tem que vir à Assembleia. Resumidamente, afirmou que os três primeiros acordos referem-se a faturas respeitantes a parte do ano dois mil e doze e treze, incluindo já as previsões feitas em setembro da faturação do último trimestre do ano. Informou ainda acerca da existência de um acordo antigo de pagamento a trinta anos de dívidas até o ano dois mil. Mas disse ter verificado também que nos últimos dois anos esse acordo não tinha sido cumprido por parte da Camara, o que é muito perigoso porque pode “fazer cair” a dívida toda que, neste momento, são sete milhões de euros. Foi acertado pela atual vereação com a EEM que nos meses, dezembro de dois mil e treze, janeiro e fevereiro de dois mil e catorze seria paga a importância necessária para poder atualizar o tal acordo e começar a partir de maio a cumprir com o plano de pagamentos.-----

A Senhora Vice Presidente referiu-se também à empresa de José Avelino Pinto, em relação à qual existe quase um ano de faturas em atraso; e à empresa “Securitas” que deixou de prestar serviço à Câmara desde o início do ano mas há um valor de dívida que está em discussão. Relativamente aos outros fornecedores, informou que pretende pagar até ao final de janeiro e que é sua intenção diminuir o prazo médio de pagamento com cada fornecedor. Lembrou que a partir do próximo ano já não é mais possível fazer acordos plurianuais.-----

A Senhora Presidente da Assembleia colocou à votação a autorização para regularização das dívidas do Município a diversos credores, bem como do acordo de pagamentos a outorgar com a EEM, S.A. e, outrossim, a ratificação dos acordos de pagamentos anteriormente outorgados com IGA- Investimentos e Gestão da Água, S.A.

e com a Valor Ambiente – Gestão e Administração de Resíduos da Madeira, S. A., tendo sido aprovado por unanimidade sem o voto do Deputado Municipal Carlos Alberto Rodrigues.-----

Não houve declarações de voto:-----

-----**A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado** da CDU, solicitou a palavra dizendo que antes de encerrada a sessão, não queria deixar passar a oportunidade de desejar a todos os presentes continuações do resto de um Bom Ano, Boas Festas, frisando acima de tudo que apesar das diferenças que notoriamente estão visíveis e patentes nesta sala entre todos nós, há uma coisa que nos une, pois fomos eleitos democraticamente pelos munícipes do Funchal. Disse esperar sinceramente que o próximo ano seja muito melhor para todos nós e para todos os munícipes e que apesar das diferenças espera ser alcançado sempre o acordo naquilo que é fundamental para o bem do Concelho.-----

Seguidamente o Senhor Presidente da Câmara agradeceu as palavras da Senhora Deputada Herlanda referindo que, no seu ponto de vista, todos partilhamos desse sentimento e com a nova geografia política na CMF somos todos obrigados a uma maior responsabilidade que foi hoje aqui assumida. Desejou a todos um Feliz Natal com as famílias e retemperamento de energias, acreditando que dois mil e catorze será um grande ano para a cidade do Funchal. Congratulou a aprovação do Orçamento, e disse esperar conseguir no futuro estabelecer outras pontes em prol da cidade. Agradeceu a presença de todos.-----

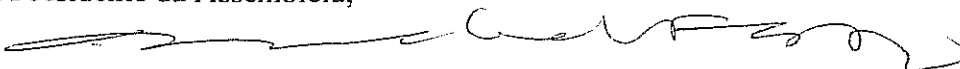
De seguida a Senhora Presidente da Assembleia agradeceu as palavras simpáticas da Senhora Deputada e do Senhor Presidente e disse que fazia suas as palavras proferidas. Disse ter muito gosto em continuar a trabalhar nesta Assembleia e acreditar estarem todos concentrados naquilo que é fundamental - a nossa cidade. Agradeceu a

presença e a colaboração de todos para que os trabalhos tivessem decorrido da forma como decorreram, com celeridade e com as intervenções muito produtivas de todos os presentes. Um agradecimento especial à Primeira e Segunda Secretárias da Mesa da Assembleia que dedicadamente fizeram o seu trabalho e um agradecimento à funcionária da Assembleia, que está sempre disponível e pronta a ajudar. Desejou a todos continuação de Boas Festas, um Santo Natal e um Ano Novo Feliz.-----
Esta ata foi aprovada em minuta para que os pontos discutidos pudessem produzir efeitos imediatos.-----

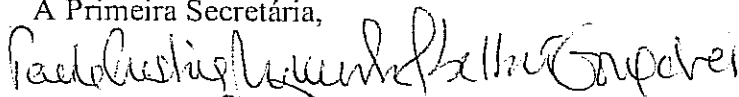
Encerramento:-----

Nada mais havendo a tratar nesta reunião, sendo dezassete horas e quarenta e cinco minutos, a Presidente da Mesa da Assembleia deu-a por encerrada. -----
--- De tudo para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida, achada conforme e subscrita por mim Guida Maria de Sousa Vieira Teixeira vai ser devidamente assinada.-----

A Presidente da Assembleia,



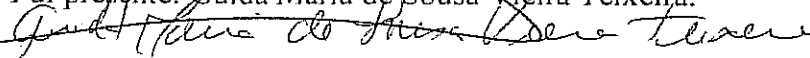
A Primeira Secretária,



A Segunda Secretária,



Fui presente: Guida Maria de Sousa Vieira Teixeira.



.....